



Nº 1161 - Semanal
0,50 €

4 Julho 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt



FUTURO DA EUROPA

VITORINO DEFENDE REFERENDO SOBRE RESULTADOS DA CIG 2004

É incontornável a realização em Portugal de um referendo sobre os resultados da Conferência Intergovernamental de 2004, dada a sua natureza constitucional, defendeu António Vitorino num debate em Lisboa sobre o futuro da União Europeia.

► Página 17

COSTA DENUNCIA GOVERNAMENTALIZAÇÃO DA RTP

“Aquilo que o PSD pretende, não é o saneamento financeiro da RTP, mas sim sanear a sua administração para controlar politicamente a televisão”, disse o líder parlamentar do PS, António Costa, no debate sobre a alteração da Lei da Televisão.

► Página 4

EDITE ESTRELA DÁ BOAS-VINDAS AOS NOVOS MILITANTES DA FAUL

► Página 11



► Página 3

FERRO ACUSA DURÃO DE TER PREJUDICADO O INTERESSE DO ESTADO

► Página 5

A SEMANA REVISTA

Com a presença do secretário-geral do PS, realizou-se na passada quarta-feira um plenário de militantes da FAUL. Na sua intervenção, Ferro Rodrigues sublinhou que o Partido Socialista tem feito uma oposição eficaz e consequente.

O líder socialista deslocou-se ao distrito de Portalegre para reuniões com militantes e visitas a diversas localidades, tendo aproveitado a oportunidade para acusar Durão Barroso de ter prejudicado o interesse do Estado ao revelar dados confidenciais do Banco Central Europeu sobre o défice português.

Tendo em vista a preparação do debate parlamentar sobre o Estado da Nação, o secretário-geral do PS reuniu-se com as direcções da CCP, CIP, CAP, CGTP e UGT. Com o mesmo propósito, Ferro Rodrigues participou em sessões de trabalho realizadas em Lisboa e no Porto com independentes de vários sectores.

António Vitorino defendeu a realização de um referendo sobre os resultados da CIG, num debate promovido pelo gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa.

Os incidentes de Rosal de La Frontera subiram ao plenário do Parlamento Europeu pelas mãos dos eurodeputados socialistas que inscreveram este ponto na resolução da Cimeira de Sevilha.

Edite Estrela reuniu-se com os novos militantes do Partido Socialista da área da FAUL, numa sessão de boas-vindas que teve lugar na sede nacional do Largo do Rato na passada terça-feira.

Na visita oficial que fez à Dinamarca o Presidente da República pronunciou-se favorável ao alargamento da União Europeia, e defendeu que Portugal precisa ainda dos fundos comunitários para vencer a batalha da modernização.

O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, participou na Secção do Bairro Alto, em Lisboa, num debate sobre "O papel das secções do PS".

BARRY POTTER



ANTÓNIO COLAÇO



Para que o mal-estar se instale definitivamente nas hostes dos partidos da maioria só faltam as tradicionais fugas de informação com origem no próprio Governo para ficarmos todos a conhecer o valor exacto do défice político de Durão Barroso.

Em vésperas do debate parlamentar sobre o Estado da Nação, nada melhor do que olhar o Governo através das declarações produzidas por ilustres militantes do PSD.

Na última edição do "Expresso", na sua coluna de opinião, Duarte Lima escreveu: "Ao colocar-nos na dependência das redes espanholas [Durão Barroso] poderá cometer um dos mais graves erros do seu mandato, em termos económicos e em termos estratégicos". Sobre o incidente na fronteira espanhola, enquanto Duarte Lima, no mesmo artigo, o considera "humilhante", Pacheco Pereira, do alto da sua cátedra, classifica-o de episódio menor.

Já o insuspeito Marcelo Rebelo de Sousa, na sua análise da semana política no jornal da TVI de 23 de Junho, declarou sem rodeios: "Falta política no Governo e nos partidos que apoiam o Governo, que não existem, estão a dormir".

Ao nível partidário, a voz de Marco António, líder da distrital portuense, queixase da tendência para o centralismo na direcção, o que em seu entender "revela falta de organização da direcção nacional do partido". Da Madeira, Alberto João Jardim declara a superioridade do povo madeirense e pede a Durão que "meta o Estado na ordem", mas não a Madeira, e que acabe com a imprensa livre e os sindicatos, vistos como os grandes responsáveis pelos problemas no País.

E o que terá pensado Durão Barroso, após ter anunciado com pompa e circunstância a construção de cinco novos hospitais em parceria com os privados, ao ouvir o comentário de António Capucho que num registo sério declarou: "O Governo limita-se a seguir e bem a política do anterior Governo".

Por não se rever "minimamente" na filosofia do diploma aprovado em Conselho de

EDITORIAL

O ESTADO DO (DES)GOVERNO

Ministros sobre o Estatuto Disciplinar do Aluno, segundo a notícia do "DN" de 24 de Julho, demitiu-se uma adjunta da secretária de Estado da Educação, bem como o seu chefe de gabinete que não prestou declarações sobre a sua decisão, não sendo no entanto difícil de adivinhar as razões que o levaram a tomar tal atitude, apesar da versão oficial referir apenas "motivos pessoais". Para quem exercia funções há cerca de 50 dias, não está mal.

Para que o mal-estar se instale definitivamente nas hostes dos partidos da maioria só faltam as tradicionais fugas de informação com origem no próprio Governo para ficarmos todos a conhecer o valor exacto do défice político de Durão Barroso. Até lá ficamos à espera de conhecer qual a inconfidência que o primeiro-ministro tem guardada para o debate do "Estado da Nação".



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva



JORNADAS PARLAMENTARES EM ÉVORA

PS AFINA ESTRATÉGIA

"O Estado da Nação - três meses de Governo" é o tema das próximas jornadas parlamentares da banca socialista que decorrem sexta-feira e sábado em Évora.

Direcionadas para a discussão interna sobre a estratégia a adoptar pelo Grupo, as jornadas parlamentares serão abertas à Comunicação Social apenas no respeitante aos discursos de abertura e encerramento que estão a cargo do líder da bancada e do secretário-geral, respectivamente. A mesma razão leva a que não haja personalidades convidadas para participar nos trabalhos.

Nos termos do programa, caberá ao líder da bancada, António Costa a intervenção inicial, o que terá lugar às 17h30 de sexta-feira. O segundo dia de trabalhos começa 10 horas com um debate interno entre os deputados socialistas, discussão que é retomada na parte da tarde, após o almoço. O secretário-geral, Ferro Rodrigues, discursará na sessão de encerramento, marcada para as 18 horas.

Aproveitando a oportunidade, os deputados socialistas realizarão, ao princípio da tarde, antes do começo das jornadas parlamentares, deslocações a todos os concelhos dos distrito. Assim, Ferro Rodrigues chefiará a delegação de deputados que visita o concelho de Évora, Capoulas Santos liderará os parlamentares que se deslocam a Montemor-o-Novo, Elisa Ferreira os que vão a Mourão, Jorge Coelho estará a chefiar a delegação que visita o Alandroal, Paulo Pedrosa vai desempenhar o mesmo papel no concelho de Viana do Castelo, enquanto José Sócrates segue para Reguengos de Monsaraz, António José Seguro para Estremoz, Jaime Gama para Borba, João Cravinho para Portel, José Magalhães para Vila Viçosa, Maria de Belém para Mora, Guilherme Oliveira Martins para Vendas Novas, António Costa para Arraiolos e José Lello chefia a delegação que se desloca ao Redondo.

FARMÁCIAS SOCIAIS

PS CONGRATULA-SE COM DEVOUÇÃO DE ALVARÁ A MISERICÓRDIAS

O PS congratulou-se com a devolução do alvará a 30 farmácias de Misericórdias e previu um voto favorável do PSD ao projecto socialista de criação de 100 farmácias sociais, criticado pela direcção laranja e uma organização corporativa na campanha eleitoral.

Em declarações aos jornalistas na segunda-feira, na sede nacional do Largo do Rato, a deputada socialista salientou que a iniciativa do Governo de devolver 30 alvarás cessados por altura da nacionalização dos hospitais “não teria acontecido se o PS não tivesse apresentado o projecto de lei das farmácias sociais”.

A criação de 100 farmácias sociais, recorde-se, foi uma das bandeiras do secretário-geral socialista nas últimas legislativas e motivaram críticas do PSD e da Associação Nacional de Farmácias durante a campanha.

Maria de Belém congratulou-se com a “evolução” na posição dos social-democratas, reiterando que só pode significar que o PSD



votará a favor do projecto do PS (discutido hoje, quinta-feira no Parlamento)”, que permitirá tomar “medidas justas que não ferem o interesse de ninguém”.

Utilidade pública

“Se não, seria um anúncio vazio”, considerou, afirmando que no sistema de saúde há lugar para público, privado e social, cabendo a este uma “reconhecida utilidade pública”, uma vez que os lucros das farmácias sociais são aplicados noutras acções de beneficência social.

Apesar de não conhecer bem os termos da iniciativa do Governo, Maria de Belém afirmou que deve implicar a abertura de mais 30 farmácias ao público.

De acordo com o projecto do PS, às 50 farmácias sociais já existentes seriam acrescentadas mais cem, garantindo a cobertura total do território nacional.

LEI DA TELEVISÃO

GOVERNO QUER CONTROLAR A RTP POLITICAMENTE

“Aquilo que o PSD pretende, não é o saneamento financeiro da RTP, mas sim sanear a sua administração para controlar politicamente a televisão”, disse o líder parlamentar do PS, António Costa, no debate sobre a alteração da Lei da Televisão, que viria a ser suspenso devido à interposição pelo Grupo Parlamentar socialista de um recurso devido às dúvidas quanto à constitucionalidade levantadas pela proposta do Governo, obrigando-a assim a uma análise na Comissão dos Assuntos Constitucionais.

O líder parlamentar esclareceu que o Partido Socialista estaria disponível para votar favoravelmente a proposta do Governo quando tudo indicava que o seu conteúdo seria aceitável, mas que decidiu mudar de posição ao perceber que afinal o PSD não queria nenhum consenso nem tratar da questão de fundo.

Considerou ainda que o chumbo da proposta de criação de uma comissão parlamentar que defina um novo modelo de serviço público de televisão mais não fará do que perder tempo ao país, porque assim o trabalho terá de começar a partir do zero.

O deputado Manuel Maria Carrilho, por sua vez, considerou uma “derrota clara” a incapacidade do Governo para resolver a questão da RTP, processo que tem vindo a ser tratado com manifesta “incompetência, incoerência e inconsistência”.

“A condução do processo levou a uma situação de impasse e descredibilização do Governo, que rejeitou todas as propostas para consensualizar uma solução para o sector do audiovisual”, disse Manuel Maria Carrilho, para quem o Governo “não sabe conduzir este processo, nem para onde o quer levar”.

Comissão eventual para o serviço público

Em conferência de Imprensa, no Parlamento, o líder da bancada do PS, António Costa, já tinha explicado que “não valerá a pena dar o voto favorável numa questão incidental – as alterações à lei da televisão –, se a actual maioria não quiser resolver a questão de fundo” da Radiotelevisão Portuguesa. Neste contexto, defendeu a criação, com um prazo de quatro



meses, de uma comissão eventual para a definição de um novo modelo de serviço público de televisão.

Após ser declarada inconstitucional, por não garantir a independência do serviço público de televisão uma vez retirado o poder de veto sobre as administrações da RTP ao Conselho de Opinião, a proposta de alteração à lei da televisão regressou ontem a plenário, mas obrigou a uma suspensão do debate, também devido a dúvidas de natureza constitucional. “A actual maioria não pode continuar a apostar numa linha de confronto e de conflitualidade, porque esse caminho já provocou perda de tempo e já provou que não resolve um único problema”, sublinhou, acrescentando que cabe à Assembleia da República a competência de

legislar em matéria de serviço público de televisão.

A comissão eventual proposta pelos socialistas visa “a avaliação do serviço público de televisão e a política do audiovisual”, apresentando uma definição do seu “âmbito, conteúdo e obrigações”. Sob a forma de uma resolução, a comissão aprovaria um novo quadro de serviço público de televisão, clarificaria as formas de garantir a máxima eficiência e complementaridade entre os vários canais (da RTP) existentes e fixaria um novo modelo de financiamento na televisão pública.

A comissão eventual não seria uma forma de substituir o grupo de trabalho recentemente nomeado pelo Governo para a definição de um novo modelo de serviço público.

VISITA AO DISTRITO DE PORTALEGRE

FERRO ACUSA DURÃO DE TER PREJUDICADO O INTERESSE DO ESTADO

Críticas de Ferro Rodrigues à "gaffe" de Durão Barroso ao divulgar previsão do Banco Central Europeu (BCE) sobre o défice de 20001, "contrária ao interesse do Estado português", e à aplicação cega do diploma relativo ao encerramento de escolas com menos de dez alunos, reveladora de uma "visão tecnocrática e pouco humanista", marcaram a visita do secretário-geral no sábado ao distrito de Portalegre, que terminou com um encontro com militantes.

Em Ouguela, concelho de Campo Maior, onde iniciou a visita ao distrito de Portalegre, o secretário-geral do PS acusou o primeiro-ministro, Durão Barroso, de ter tomado uma atitude "contrária ao interesse do Estado português" ao referir durante o debate mensal no Parlamento que o défice de 2001 foi de 3,9 por cento, com base em previsões confidenciais do BCE.

"A luta partidária tem de ser travada no estrito limite dos interesses do Estado português e este é o momento menos apropriado para que uma informação interna e confidencial como aquela tenha sido expressa", frisou o líder socialista.

Uma notícia publicada na última edição do jornal "Expresso" dá também conta de que a revelação feita pelo primeiro-ministro "irritou a Comissão Europeia e surpreendeu o Banco Central Europeu (BCE)".

Segundo lembrou Ferro Rodrigues, tal anúncio veio "criar problemas à própria Comissão Europeia", entidade que detém efectivas responsabilidades em matéria orçamental dos Quinze.

"Leva a que a Comissão tenha de escolher entre duas atitudes: ou ignorar aqueles resultados ou iniciar um procedimento de irregularidades contra Portugal, o que pode levar à aplicação de sanções", alertou o líder do PS.

Mostrando-se preocupado com a situação criada, o líder socialista contrapôs que o momento actual exigia "união".

"Existem divergências entre algumas autoridades portuguesas responsáveis pelas contas públicas nacionais e outros órgãos europeus e é o próprio primeiro-ministro que aparece na Assembleia da República a referir-se a um documento interno do BCE, quando, pelo contrário, seria necessário que todos estivéssemos unidos à volta das posições portuguesas", disse.

Tal atitude, acrescentou Ferro Rodrigues, "vai apressar os resultados de uma análise que o Banco de Portugal ainda não concluiu".



"O Governo português devia esperar que a comissão por si designada, dirigida pelo governador do Banco de Portugal, terminasse o seu mandato e o calendário previsto", disse. Criticando o Executivo liderado por Durão Barroso por, em matéria orçamental, estar a tentar "mandar todas as responsabilidades para trás das costas", o líder do PS garantiu que a divulgação do défice orçamental do ano transacto deveria ter surgido "mais tarde". "O calendário que estava previsto era que o Governo fizesse uma divulgação dos dados de 2001 num momento suficientemente adiantando do ano de 2002, por forma que Portugal não sofresse sanções se, no ano passado, tivesse ultrapassado os três por cento", explicou.

Decisões tecnocráticas às cegas

Ainda na aldeia histórica de Ouguela, em declarações aos jornalistas após visitar a escola de ensino básico local, o secretário-geral do PS defendeu que o Governo deve evitar a "aplicação cega" do decreto-lei relativo ao encerramento de escolas com menos de dez alunos.

"Não pode haver uma aplicação cega do decreto-lei em nome de poupanças financeiras que acabam por ser ilusórias", afirmou.

Ferro Rodrigues garantiu ainda que "há muitos autarcas em todo o País", em autarquias com maiorias das diversas forças políticas, "muito preocupados com uma certa visão tecnocrática e pouco humanista do desenvolvimento destas soluções".

"Cada escola tem de ser avaliada caso a caso com o contributo absolutamente imprescindível

dos autarcas", disse. Durante os últimos governos socialistas, período em que aquele decreto lei estava já em vigor,

comparou o secretário-geral do PS, "a prática" quanto ao encerramento de escolas "teve sempre por base a concertação com as autarquias".

"Espero que essa prática não seja agora ultrapassada por decisões cegas que não levam em linha de conta as necessidades e as situações específicas das diversas aldeias do País onde existe este problema", sublinhou. A aldeia de Ouguela, com menos de cem habitantes, recorde-se, tem uma população envelhecida e é uma das muitas localidades do Alentejo com uma escola do primeiro ciclo com poucos alunos.

Já em Arronches, no Centro Cultural, o secretário-geral do PS participou no encerramento de um debate sobre a problemática da interioridade, que contou com a participação dos deputados socialistas eleitos pelo distrito de Portalegre (Miranda Calha e Zelinda Semedo) e de diversos presidentes de Câmara do Norte-Alentejano, entre outros.

A deslocação de Ferro Rodrigues ao distrito de Portalegre terminou na localidade de Portagem, no concelho de Marvão, com um piquenique com militantes socialistas, no centro de lazer local.



REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL



SÁBADO, 13 DE JULHO
10.30H
Hotel Altis - Lisboa

ORDEM DE TRABALHOS

1. Processo de actualização dos dados e da renumeração dos Militantes;
2. Processo de preparação do XIII Congresso Nacional;
3. Marcação da data e local do XIII Congresso Nacional;
4. Apresentação, discussão e votação do Regulamento e do Regimento do Congresso Nacional;
5. Eleição da Comissão Organizadora do Congresso;
6. Análise da situação política.

ENSINO SUPERIOR

PROPOSTA GOVERNAMENTAL É ULTRACENTRALISTA

O proposta de lei do Governo sobre Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior fere a autonomia das instituições, penaliza o interior do País, têm uma visão punitiva da avaliação das instituições ao extinguir escolas e cursos e centraliza os critérios de financiamento.

Foram estas as duras críticas dos partidos da oposição que exigem o debate do documento na Comissão da Educação, antes de ser votado na generalidade.

Durante o debate parlamentar de quinta-feira, o ministro da Ciência e do Ensino Superior ouviu dos deputados do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda críticas não só relativas ao conteúdo do documento, mas também por ter sido enviada para Assembleia da República sem serem auscultados os parceiros educativos.

O parlamentar socialista Augusto Santos Silva afirmou que "a proposta tem uma lógica ultracentralista, concede poderes excessivos ao Executivo e, muito em particular, ao ministro da tutela, atacando fortemente a autonomia das instituições".

Considera o deputado do PS que o Governo de direita quer fixar livremente os limiares quantitativos para o funcionamento de cursos e estabelecimentos e chega a defender a intervenção ministerial sobre os planos de estudo, incluindo as áreas científicas facultativas.



O ex-ministro da Educação, que também não concordou com os projectos de lei apresentados pelo PCP e pelo BE para o ensino superior, considerando que não constituem uma base aceitável, exigiu que a proposta governamental seja discutida na comissão parlamentar de Educação sem votação na generalidade. Por sua vez, o deputado do GP/PS António

Braga chamou a atenção para o facto de que "há muitas dúvidas sobre o diploma, inclusive, como já se viu, na bancada que suporta o Governo".

Braga pediu ao ministro Pedro Lynce para que este aceitasse que a proposta baixasse a comissão, sem votação, "para que, aí sim, seja possível realizar o trabalho que não foi feito:

ouvir, debater, escutar os contributos da oposição e dos parceiros".

Destaque-se que a proposta de Lei de Desenvolvimento e Qualidade do Ensino Superior, cuja votação na generalidade foi adiada, pretende, entre outros aspectos, racionalizar a rede através de medidas que passam pela reconversão, fusão ou encerramento de instituições de ensino.

Ainda com o mesmo objectivo de racionalizar a rede de ensino superior, o Governo pode aprovar medidas de redução de vagas ou suspensão de cursos.

Na proposta governamental defende que o Ministério da Educação apenas deverá financiar estabelecimentos de ensino superior que tiverem um número mínimo de estudantes, ainda a fixar e só aprovará a abertura de vagas em cursos que nos dois últimos anos tiverem tido um mínimo de matriculados.

Ao abrigo do projecto de lei governamental, os estabelecimentos de ensino superior e os cursos serão objecto de observação permanente e de avaliação, quer ao nível científico e pedagógico quer no plano da integração dos diplomados no mercado de trabalho.

Entretanto, o movimento associativo académico dá sinais. Vinte associações de estudantes assinaram um documento que rejeita a proposta de Lei de Desenvolvimento da Qualidade do Ensino Superior.

IMIGRAÇÃO

LEI DESUMANA

Cerca de 200 mil imigrantes deixarão de ter direito de reagrupamento familiar se o Governo fizer aprovar sem alterações a nova lei da imigração na Assembleia da República.

Para Vitalino Canas, esta intenção é "especialmente pernicioso e desumano". O deputado socialista foi ao hemiciclo de São Bento explicar que, com a proposta do Executivo de Durão Barroso, apenas os imigrantes com autorização de residência em Portugal há seis anos, pelo menos, passarão a poder recorrer ao reagrupamento familiar.

Perante este quadro, o Grupo Parlamentar do PS decidiu exigir alterações ao diploma, sobretudo ao nível das quotas de entrada e no reagrupamento familiar, caso contrário votará contra.

Recorde-se que a proposta governativa de alteração à lei da imigração estará amanhã em discussão no hemiciclo de São Bento, conjuntamente com projectos sobre o mesmo tema do PCP e do Bloco de Esquerda.

O deputado Vitalino Canas afirmou "não haver qualquer necessidade do Governo alterar a legislação em vigor, por uma questão de

estabilidade do ordenamento jurídico nacional e porque a actual lei ainda não foi totalmente cumprida em muitos aspectos".

Sobre a proposta do Executivo, o ex-secretário de Estado da Presidência considerou que tem "aspectos perigosos" e que, "em última análise, motivarão um crescimento da imigração ilegal no País".

Destaque-se que o PS considerou "absurda a norma da proposta de lei que prevê a elaboração imperativa de um relatório de dois em dois anos, fixando o número limite para a entrada de imigrantes em Portugal".

"Numa sociedade e economia abertas, como a portuguesa, é impossível prever-se a dois anos de distância qual o número de imigrantes necessários ao mercado de trabalho nacional", referiu Canas, acrescentando que, "para mais, como a avaliação feita nesses relatórios é imperativa, caso se verifique errada, nem sequer pode ser alterada".

Vitalino Canas classificou como "chocante" aquilo que a nova legislação, se for aprovada, prevê em matéria de reagrupamento familiar, proibindo autorização de trabalho para os



conjuges dos imigrantes que vivam em Portugal.

"Se a proposta do Governo for aprovada tal como está, muitos imigrantes, mesmo com visto de trabalho, deixarão de ter habilitação legal para residência", disse o deputado do GP/PS. Vitalino Canas falava durante o debate parlamentar que, na passada sexta-feira, ouviu as evasivas do ministro da Administração Interna sobre esta matéria e onde a fixação de limites às entradas em território nacional voltou a estar na base das principais críticas da oposição. A interpretação era unânime entre as bancadas

da esquerda: a decisão enquadra-se numa filosofia "securitária adoptada por este Governo", inspirada num espírito de "desconfiança" e de fechamento de Portugal em relação aos cidadãos oriundos de países que não sejam membros da União Europeia. Outro ponto focado foi o fortalecimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a propósito do qual Vitalino Canas afirmou preferir que se dessem mais meios à organização e que a proposta não se ficasse pela intenção de "desburocratizar os seus procedimentos de actuação".



FERRO REÚNE COM PARCEIROS SOCIAIS

No âmbito da preparação do debate do Estado da Nação, que se realiza na próxima semana no Parlamento, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, acompanhado por João Cravinho, Vieira da Silva e Mark Kirkby, reuniu-se na terça-feira, ao final da tarde, com largas dezenas de independentes de várias áreas, com os quais debateu a situação económica e social do País.

Bruto da Costa, Manuela Silva, Vítor Wengorovius, Vasco Vieira da Silva, Vítor Alves, José Silva Pinto e Gomes da Silva foram algumas das dezenas de personalidades presentes no encontro.

Algumas horas antes, Ferro Rodrigues tinha-se reunido com os dirigentes das duas centrais sindicais, UGT e CGTP-IN, e da confederação patronal, CIP.

Esta série de reuniões com os parceiros sociais teve início na segunda-feira com um encontro com a Confederação do Comércio Português (CCP), no qual foi debatido a crise que já se faz sentir no comércio, bem como as implicações do aumento do IVA neste sector. Na quarta-feira, teve encontros com a CAP e com independentes de vários sectores da região Norte.

DEBATE NO ALTIS

OPOSIÇÃO DO PS TEM SIDO EFICAZ E CONSEQUENTE

Ao intervir num debate promovido na semana passada pela FAUL, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, considerou que o partido tem feito uma "oposição eficaz, ao contrário do que alguns dizem, porque tem sido responsável e consequente".

Perante largas centenas de militantes, muitos dos quais recém-chegadas ao partido, que enchem por completo uma sala do Hotel Altis, Ferro Rodrigues salientou que a oposição do PS ao actual Governo de direita "tem sido consequente, explorando as contradições e trapalhadas do PSD, que agora no Governo faz o contrário do que prometeu".

O secretário-geral, que se encontrava acompanhado na mesa pelos camaradas Edite Estrela e Miguel Coelho, referiu ainda as iniciativas legislativas apresentadas pelo PS na Assembleia da República, no cumprimento do programa eleitoral com que se apresentou ao eleitorado nas últimas legislativas.

Neste debate, aberto pela camarada Edite Estrela, presidente da FAUL, e que se prolongou até cerca das duas horas da manhã, o presidente da Concelhia de Lisboa, Miguel Coelho, numa intervenção centrada na revisão dos Estatutos, começou por manifestar o seu

apreço pela forma como Ferro Rodrigues tem conduzido os destinos do partido, e defendeu que "o PS não deve dar o benefício da dúvida ao Governo de direita".

Quanto à reforma estatutária, Miguel Coelho defendeu que as Secções de Acção Sectorial não devem desaparecer, o que seria um tremendo erro, lembrando, a propósito, que se os ministros dos governos do PS tivessem auscultado mais os militantes destas estruturas não se teriam cometido tantos erros, dando como exemplo o caso da RTP.

O papel insubstituível das secções de residência

Na sua intervenção, o líder da Concelhia manifestou-se contra a diminuição dos poderes das Concelhias e Federações, nomeadamente na escolha dos candidatos do partido, lembrou o papel insubstituível das secções, o coração de toda a vida partidária local do partido, mostrou-se favorável ao regresso à eleição do secretário-geral em Congresso, e sublinhou que a revisão estatutária deve ir no sentido do aprofundamento dos direitos de cidadania dos militantes.



INCIDENTES NA FRONTEIRA ESPANHOLA

PS INTERPELA MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Os deputados socialistas Vitalino Canas e Alberto Martins entregaram na Assembleia da República um requerimento a exigir a presença do ministro da Administração Interna, na comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias para esclarecer a actuação do Governo nos incidentes ocorridos na fronteira de Espanha. Os signatários do documento querem saber porque é que, e de acordo com o, próprio primeiro-ministro, as autoridades portuguesas de fronteira e de segurança não tiveram conhecimento imediato da ocorrência.



Segundo os subscritores do requerimento, "tendo em conta a gravidade dos acontecimentos, eles deveriam ter sido comunicados, acto contínuo, através da cadeia de comando, até ao ministro da Administração Interna. A seguir – e com toda a urgência – o primeiro ministro deveria ser informado pelo ministro da tutela."

Vitalino Canas e Alberto Martins pedem então esclarecimentos sobre o que "sucedeu efectivamente e as razões por que o primeiro-ministro não foi, oportunamente e pelos canais adequados, informado dos acontecimentos graves ocorridos na fronteira entre Portugal e Espanha."

VOTO DE PROTESTO

A Assembleia da República aprovou por unanimidade um voto de protesto sobre os incidentes ocorridos em Rosal de La Frontera com cidadãos portugueses, envolvendo o deputado Francisco Louça.

No protesto que teve como primeiro subscritor o presidente do Parlamento, Mota Amaral, pode ler-se que "a entrada em circulação num Estado membro só pode ser impedida a quem se verifique constituir pessoal, actual e efectivamente uma ameaça à segurança nacional ou à ordem pública".

Recorde-se que logo após os incidentes o Grupo Parlamentar do PS enviou para consideração de todos os grupos parlamentares uma sugestão de voto de protesto sobre o assunto.

CARGAS POLICIAIS

O deputado socialista Vitalino Canas, estranhando o ensurdecedor silêncio do ministro da Administração Interna, apresentou na Assembleia da República um requerimento ao Governo com a finalidade de saber quais os motivos que estão na origem das cargas policiais na Costa de Caparica, no passado domingo, e no bairro da Bela Vista, em Setúbal, a 17 de Junho.

No documento, Vitalino Canas refere que o comandante distrital da PSP de Setúbal, citado numa notícia da Lusa de 17 de Junho, diz que houve no seu distrito uma "melhoria animadora" dos índices de criminalidade nos primeiros quatro meses do ano.

No entanto, o ex-secretário de Estado da Presidência estranha os motivos por que o mesmo comandante da PSP tenha dado "instruções de especial rigor no enfrentamento de situações delicadas, como as do bairro da Bela Vista e as da Costa de Caparica".

Para Vitalino Canas, em relação aos incidentes da Caparica, é essencial que o Governo explique "de modo claro e transparente a toda a comunidade brasileira que não houve qualquer acto hostil a quem ordeiramente festejava um acontecimento que também encheu de júbilo amplas parcelas do povo português", salienta o deputado do PS.

ALCOOLEMIA

SOCIALISTAS EXIGEM COMISSÃO DE ESTUDO

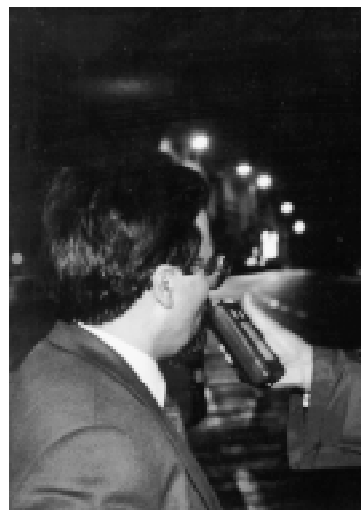
O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar contra a proposta do PSD que fixa em 0,5 a taxa de alcoolemia.

O PS exige a constituição de uma comissão para estudar qual deveria ser limite máximo de alcoolemia na condução.

O deputado socialista Vitalino Canas afirmou que antes de qualquer decisão é preciso estudar os efeitos e, por isso, o GP/PS reclama uma comissão de avaliação.

"Neste momento não defendemos nem 0,2, nem 0,5, nem 0,0. Defendemos apenas a constituição de uma comissão que nos dê elementos para daqui a uns meses podermos dizer defendemos 'isto' por estas razões", declarou.

Recorde-se que o Governo de direita recusou, o mês passado, a proposta do PS de nomear elementos para uma comissão independente que teria por objectivo estudar os limites da taxa de alcoolemia.



SITUAÇÃO DAS OGMA

O deputado socialista António Galamba apresentou um requerimento na Assembleia da República a pedir explicações ao ministro da Defesa, Paulo Portas, sobre a situação das OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal.

António Galamba quer saber que medidas vai o Governo aplicar "para superar a presente situação financeira das OGMA", lembrando o impacte que a empresa tem na região". Por outro lado, Galamba questiona também o Executivo sobre qual o "papel da principal empresa da indústria de defesa do País, no âmbito das "reflexões e reformulações" do ministério."

No documento, o deputado socialista coloca ainda mais duas questões ao Governo relacionadas com a redução do número de trabalhadores por "via de um reajustamento" e sobre os "caminhos apontados" pela auditoria realizada pela Price Waterhouse Coopers.

O requerimento apresentado na passada semana pelo deputado do PS coincidiu com a decisão tomada pelos trabalhadores da empresa de se concentrarem junto à residência oficial do primeiro-ministro.

CIRCULAÇÃO DE DOENTES NO SISTEMA DE SAÚDE

A deputada socialista Maria de Belém Roseira é a primeira subscritora de um requerimento dirigido ao ministro da Saúde sobre a circulação de doentes no sistema de saúde.

No documento, os deputados socialistas querem saber "qual o número de casos anuais que têm sido encaminhados das unidades de cuidados de saúde privada por falta de recursos humanos e técnicos para os estabelecimentos públicos", bem como as áreas de especialização em que as mesmas se verificaram.

Neste contexto, os signatários perguntam ainda ao Governo quais "os circuitos utilizados para o efeito, designadamente o profissional de saúde que solicitou a transferência ou que foi responsável pelo acto que deu origem à transferência, e se o mesmo é ou não funcionário ou tem qualquer vínculo ao Serviço Nacional de Saúde."

NUNO TEOTÓNIO PEREIRA

O LUCRO NÃO PODE SER O NOVO DEUS

Enquanto, nas ruas, a multidão entoava "Grândola Vila Morena" e os cravos silenciavam as armas, Nuno Teotónio Pereira esperava, na prisão de Caxias, pela liberdade de que tinha sido privado por lutar pelos ideais de esquerda que desde muito jovem abraçou e que, recentemente, no rescaldo de mais uma batalha socialista, o guiaram até ao Largo do Rato para oficializar a militância de uma vida. Hoje, continua um firme defensor do Estado regulador, da solidariedade, da fraternidade, da igualdade de oportunidades para todos e da justiça social, recusando o endeusamento do lucro individualista e proclamando fé em Ferro.

"Concretizar uma atitude política em todos os aspectos da existência". Foi esta noção de militância que acompanhou, ao longo da vida, Nuno Teotónio Pereira, desde a época da destemida resistência antifascista até à recente adesão ao PS.

Filho de uma família de direita fortemente católica, desde jovem, este conhecido arquitecto optou pela defesa dos princípios e valores da esquerda democrática, batendo-se pela solidariedade e pela justiça social.

A consequência desta caminhada levou-o a participar activamente na Comissão Democrática Eleitoral (CDE), que fez forte oposição ao Estado Novo, em 1969.

Recentemente, participou nos Estados Gerais do PS, ajudou a fundar o Bloco de Esquerda quando, como conta, se sentiu "distante da governação guterrista". Com a nova liderança, reconcilia-se com o PS e opta finalmente por assinar o nome numa ficha de militante.

"Particpei na campanha de Ferro Rodrigues porque ele despertou-me um forte sentimento de comunhão de ideias", diz, confidenciando que mesmo antes do apelo do secretário-geral aos independentes tinha decidido inscrever-se no PS, mas o excesso de afazeres adiou um pouco essa intenção.

Sempre atento às questões da actualidade, o novel militante Nuno Teotónio Pereira manifesta preocupação pelo avanço da direita no terreno político europeu e mundial.

A explicação para este fenómeno reside, segundo o veterano resistente, na apologia de uma mentalidade individualista que incentiva exageradamente o espírito



PERFIL

Nome
Nuno Teotónio Pereira
Idade
80 anos
Profissão
Arquitecto
Hobbies
Passear a pé; ouvir música; ler; viajar e contemplar a natureza
Militância
Inscreveu-se no PS em Maio de 2002
Referências socialistas
Jorge Sampaio; Mário Soares; Ferro Rodrigues; Vicente Jorge Silva; Olof Palme; Isaac Rabin e Michel Rocard

competitivo e endeusa o lucro.

"Somos regidos actualmente pela lei da selva, pela lei do mais forte", observa, apontando para o carácter abstracto desta problemática e para o que chamou o "ditador sem rosto" da direita.

No contexto nacional, o arquitecto – três vezes prémio Valmor – encontra sérios motivos de preocupação. Fala de "evidente retrocesso" nas políticas sociais, alertando de seguida para o facto das medidas implementadas pelo Governo de Durão Barroso descurarem substancialmente o papel regulador do Estado e apontarem para uma "estratégia de regresso à acção caritativa". À redistribuição e à igualdade de oportunidades para todos, o Executivo de direita sobrepõe uma "mentalidade assistencialista", numa lógica de esmola que nada resolve, constituindo apenas um lamentável recuo histórico.

Nuno Teotónio Pereira regista ainda, no plano cívico, "uma desvalorização dos esforços organizados para melhorar a sociedade, das obras associativas e de cooperação, bem como das actividades não lucrativas".

"O lucro está a ser apresentado como o novo deus", alerta o camarada que afirma ter fé no Partido Socialista de Ferro Rodrigues.

"Espero que o novo PS seja capaz de protagonizar uma política que exprima os valores da esquerda democrática", explica, aconselhando o PS a ter um papel mais interventivo e propositivo no âmbito da política externa e europeia, atendendo aos novos desafios da globalização.

"A nova cidadania deve ser entendida num contexto que extravasa as fronteiras de Portugal", observa Nuno Teotónio Pereira, para quem o PS deve ter uma "atitude universal e realista" que não descure problemas tão graves como o da imigração, mas que, enquanto partido de poder que é, não norteie a sua acção apenas em função de utopias.

Fugindo ao que qualificou como "futurológia", o militante não arrisca previsões sobre a durabilidade do Executivo Barroso/Portas, embora manifeste apreensão perante o balanço negativo que faz da acção governativa e não hesite em considerar "inconveniente" que tal situação se prolongue por quatro anos de mandato.

Para Nuno Teotónio Pereira, "temos um Governo que não estudou os problemas, nem analisou os *dossiers*, que avançou com uma série de medidas avulsas e disparatadas, que se contradiz diariamente e recua, dando um espectáculo deprimente ao País, de incompetência, falta de rigor e seriedade".

"O Governo parece estar possesso por uma forte vontade de desfazer e destruir, limitando-se simplesmente a fazer o contrário do que se tinha feito na área social, medidas "bastante positivas" implementadas pelo Executivo socialista.

Convicto defensor da regionalização e solidário com a preocupação que o PS tem manifestado relativamente à problemática da interrupção voluntária da gravidez, o novo militante apela à descentralização e à criação de áreas metropolitanas com capacidade concreta de intervenção, sem deixar de frisar a necessidade de se dar uma resposta esclarecida e consciente ao problema do aborto clandestino em Portugal.

Sobre a nova liderança do PS, Nuno Teotónio Pereira afirma confiar em Ferro Rodrigues que, como recorda, "tem provas dadas como ministro e demonstrou que é líder na última campanha eleitoral, tendo galvanizado as bases socialistas e alcançado, apesar do resultado, uma vitória".

MARY RODRIGUES

PROcriação medicamente assistida

XIII CONGRESSO

SOCIALISTAS APOSTAM NA DIGNIFICAÇÃO DA VIDA



A bancada do PS apresentou no Parlamento um projecto de lei que define como "beneficiários" da procriação medicamente assistida as pessoas casadas que não se encontram separadas judicialmente de pessoas e bens ou separadas de facto, ou as que sendo de sexos diferentes vivam em condições análogas às de cônjuges, há pelo menos dois anos".

O diploma deu entrada sexta-feira na mesa da Assembleia da República, tendo como preocupação central zelar pelo "interesse da criança" e não pretender meramente ao "desejo de quem quer ser pai ou de quem quer ser mãe", segundo clarificou a deputada socialista Maria de Belém, autora do diploma.

O projecto da vice-presidente do GP/PS destina-se a preencher o vazio legal que existe neste domínio na legislação portuguesa.

Assim, propõe-se regulamentar a "inseminação artificial", a "fecundação *in vitro*", a "injecção intracitoplasmática de espermatozoides", a "transferência de embriões para o útero", a "transferência de gâmetas, zigotos ou embriões para a trompa", o "diagnóstico pré-natal pré-implantatório" e "outras técnicas laboratoriais de manipulação gamética ou embrionária equivalentes ou subsidiárias".

Segundo Maria de Belém, embora a proposta do PS não se sobreponha ao projecto do Bloco de Esquerda sobre informação genética, "as audições prévias em comissão podem vir a ser feitas em conjunto".

Assumindo ainda uma "total abertura" para a discussão deste problema e espera que o contributo dos especialistas técnicos e científicos venha a melhorar o projecto, a deputada não exclui que dessa discussão venha a baixar para três o limite que colocou em cinco os ovócitos cuja inseminação artificial *in vitro* e transferência para o útero é permitida. É que, Maria de Belém reconhece de a necessidade de se evitar situações como a vivida recentemente com os gémeos da Madeira.

Quanto à inseminação com sêmen de um

terceiro dador, só pode verificar-se quando, "face aos conhecimentos médico científicos objectivamente disponíveis, não possa obter-se gravidez com sêmen do marido ou daquele que viva em união de facto com a mulher a inseminar".

Uma novidade neste projecto – que proíbe a clonagem, a fecundação interespecies, a escolha de características do nascituro, como o sexo, e a "criação deliberada de embriões para fins de investigação ou experimentação científicas" – é a determinação de que "um embrião só pode ser objecto de investigação quando esta tenha como única finalidade o benefício do próprio embrião", bem como a norma que estabelece que "só serão permitidas técnicas de diagnóstico genético pré-implantatório de reconhecido valor científico em termos dos benefícios delas resultantes para o embrião".

Outro aspecto inovador da iniciativa socialista reside no facto de ela tornar possível a fertilização *post-mortem* quando esta vise "permitir a realização de um projecto parental claramente estabelecido por escrito antes do falecimento do pai, decorrido que seja o prazo considerado ajustado a adequada ponderação da decisão".

Neste caso, a criança é legalmente tida como "filha do falecido". Disposições cuja lógica se aplica à fecundação *in vitro*.

Também sobre a fecundação *in vitro*, o projecto estipula que não sejam criados mais dos que os que vão ser implantados no útero. Aqui, caso se recorra à doadora de ovócitos, tal como o doador de sêmen, ela não é nunca considerada a mãe da criança para efeitos legais.

A mãe legal é a mulher de quem a criança nasce. E o diploma é categórico ao proibir o "o recurso à maternidade de substituição", ou seja, à contratação de um útero de outra mulher para que nele se dê a gestação.

O limite etário máximo para beneficiar de doação de embriões fica estipulado em 45 anos para a mulher e 55 anos para o homem.

JS ARREGAÇA AS MANGAS

Estar na linha da frente no combate político no Parlamento, nos *media* e junto dos jovens é a meta prioritária traçada pela secretária-geral para a Juventude Socialista para os próximos dois anos.

Jamila Madeira, reeleita recentemente durante o XIII Congresso da JS por 41 votos, numa assembleia que ela própria descreveu como "muito combativa e participada", reafirmou a ideia de que as gerações pós-25 de Abril cresceram a aprender que "as revoluções se fazem diariamente em gestos e acções".

A jovem líder relançou o desafio de "construir uma sociedade mais justa e sobretudo mais participada por todos" durante a intervenção que fez, dia 27, na Assembleia da República na sequência da última reunião magna da "Jota" da Figueira da Foz.

"Somos a maior organização de juventude político-partidária de Portugal" afirma, categórica a secretária-geral, acrescentando de seguida que "este estatuto exige dedicação, atenção, persistência e determinação".

Afirmado que é tempo de "arregaçar as mangas", Jamila Madeira prometeu "travar um combate duro contra a intolerância, a assimetria de oportunidades e a injustiça social", flagelos que se aproximam, segundo observou "através da *performance* deste Governo de coligação que congrega PSD e PP".

Convicta de que a crescente abstenção que se regista em Portugal, sobretudo no eleitorado jovem, deriva da "falta de soluções com consequências reais na vida das pessoas", Jamila garantiu que a JS irá para a "arena" política com propostas concretas.

"Queremos defender um contrato social para a juventude que seja abrangente e concretizável", frisou a jovem líder, prometendo "fazer oposição e marcação cerrada" ao Governo.

"Estar na linha da frente da oposição é perceber que o projecto da direita liberal é um não-projecto", explicou Jamila, destacando a importância e a urgência de o combater nas suas fracturas essenciais.

Como arremesso a este "não-projecto" a JS vai propor no Parlamento a reintrodução do crédito bonificado para jovens em sede do próximo Orçamento de Estado, bem como a isenção do imposto de Sisa nos mesmos termos.

A "Jota" de Jamila quer "dar condições à juventude portuguesa para deduzir no IRS montantes de renda em valor significativo".

"Lutar para que a televisão pública tenha espaços de informação jovem inclusivos cultural e socialmente"; pelo "aprofundamento da educação sexual nas escolas" e reintroduzir o debate sobre a interrupção voluntária da gravidez (IVG) são outros dos desígnios apontados pela secretária-geral socialista.

Destaque-se que, quatro anos volvidos sobre o referendo nacional sobre o aborto, a Juventude Socialista apresentou à direcção do Grupo Parlamentar do PS um projecto-lei que visa a descriminalização da IVG.

"A JS trabalha hoje e trabalhará em parceria e solidariedade com o PS e em nome do futuro do País para ajudar este Governo a retirar-se de cena", concluiu Jamila Madeira.

M.R.

ABORTO

DESPENALIZAÇÃO SÓ APÓS NOVO REFERENDO

A direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) não atribuirá prioridade ao agendamento do projecto da JS sobre interrupção voluntária da gravidez (IVG), defendendo que a legislação sobre aborto só poderá ser alterada após novo referendo.

Em matéria de IVG, os socialistas concedem prioridade à concretização do estudo sobre o número de abortos ilegais praticados no País – e sobre as condições de maternidade em Portugal –, trabalho aprovado pelo Parlamento, no mês passado, e que partiu dos deputados socialistas Helena Roseta e Francisco Assis.

Mais do que avançar com iniciativas legislativas, a bancada do PS quer que a Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais avance com esse estudo a cargo de um conjunto de prestigiadas instituições científicas nacionais e dê a conhecer as suas conclusões.

O líder parlamentar do PS, António Costa, sublinhou que o diploma em questão "é da exclusiva responsabilidade da JS", remetendo para a posição oficial do PS em matéria de interrupção voluntária da gravidez para as posições assumidas pelo líder, Ferro Rodrigues, durante a última campanha eleitoral.

Recorde-se que Ferro frisou sempre que a despenalização do aborto, neste momento – porque foi rejeitada em referendo, em 1998 –, "só por via de um novo referendo poderá ser concretizada".



FAUL

EDITE ESTRELA DÁ BOAS-VINDAS A NOVOS MILITANTES

A presidente da FAUL, Edite Estrela, e os presidentes das Comissões Políticas Concelhias da área da Grande Lisboa reuniram-se na terça-feira, na sede nacional do Largo do Rato, com militantes que recentemente aderiram ao Partido Socialista. Numa pequena intervenção, Edite Estrela deu as boas-vindas aos novos membros da "grande família socialista", sublinhando que é natural os novos militantes virem "cheios de energia, de novas ideias, com muita expectativa e generosidade", o que constitui um "impulso muito positivo" para a actividade do partido.

Adaptando uma célebre frase de John Kennedy, a presidente da FAUL disse que os novos militantes não devem pensar no que o partido lhes pode dar, mas sim o que estão dispostos a dar ao partido, contribuindo com a sua acção e empenho, "para alterar a actual situação, de forma a que no mais curto espaço de tempo possível o PS volte a ter

responsabilidades governativas, para bem de Portugal e dos portugueses".

Neste contexto, Edite Estrela aproveitou para sublinhar as principais diferenças entre os governos do PS e o actual Executivo de direita. "Nos governos de António Guterres houve uma preocupação central com as questões sociais, com o esbater das desigualdades, enquanto o actual Governo segue o caminho inverso, com a agravante de Durão Barroso ter revelado não ter sentido de Estado".

Depois das palavras de Edite Estrela, foi dada voz aos novos militantes. Nota dominante: a qualidade das intervenções, onde os recém-chegados à família socialista reafirmaram a sua vontade em participar activamente na vida interna do PS, falaram das motivações que os levaram a aderir ao partido e, como não podia deixar de ser, fustigaram o actual Governo com fortes críticas à sua política económica, social e laboral.

J.C. CASTELO BRANCO

LEIRIA

DEPUTADOS DO PS PREOCUPADOS COM SECTOR DAS PESCAS

Os deputados do PS pelo círculo de Leiria promoveram no passado dia 28 de Junho, em Peniche, um encontro com um conjunto de representantes de entidades da região Oeste ligadas ao sector das pescas, com o objectivo de analisar a proposta de revisão da Política Comum de Pescas, nomeadamente no que respeita às suas consequências para a região e que caminhos e iniciativas deverão ser desenvolvidos para contrariar alguns dos aspectos mais negativos da nova proposta comunitária.

No encontro, em que participou também José Apolinário, coordenador da área das pescas no Grupo Parlamentar do PS, foi realçada a dimensão económica e social de que se reveste as pescas para a região e exigiram-se medidas que promovam a reestruturação e modernização deste importante sector económico, de forma a que possam conduzir a

uma mais avançada coesão económica e social de toda a fileira da pesca na região Oeste.

Três pontos principais estiveram em cima da mesa para discussão: a clarificação do articulado sobre a faixa de interdição das 12 milhas; a redução dos apoios estruturais à modernização das frotas e a transferência da gestão dos planos plurianuais das quotas de pesca do Conselho de Ministros para a Comissão Europeia.

Mas nem só para Bruxelas se dirigiram os protestos dos pescadores, armadores e industriais ligados ao sector das pescas, também para a Administração Central se apontaram algumas críticas no sentido de uma rápida autonomização da gestão portuária, nomeadamente através de uma eficaz e pronta concessão, permitindo assim que as forças económicas directamente ligadas a esta actividade, em conjunto com as autarquias



locais, possam passar a ser elas a gerir os portos e todas as actividades económicas directamente envolvidas.

Plenários concelhios

O Secretariado da Federação de Leiria do PS está a realizar uma série de plenários concelhios, com o objectivo central de promover o recenseamento de militantes, um processo fundamental para uma maior

organização e transparência do nosso partido. As reuniões plenárias, bastante participadas, contam com a presença dos deputados eleitos pelo círculo de Leiria, que têm debatido com os militantes a actual situação política e passado em revista a sua actividade parlamentar.

Os plenários de militantes, que tiveram início no dia 14 de Junho em Leiria e Caldas da Rainha, terminam amanhã, dia 5, em Porto de Mós.

J.C.C.B.

MADEIRA

COMISSÃO POLÍTICA REGIONAL APROVA VOTO DE PROTESTO

A Comissão Política Regional do PS/Madeira aprovou recentemente um voto de protesto pelo Presidente da República não ter convidado o presidente da Assembleia Legislativa Regional para o encontro de preparação do processo de revisão constitucional, em que participaram, entre outras personalidades, os presidentes dos governos regionais e os ministros da República. "O presidente da Assembleia Legislativa Regional não foi ouvido enquanto representante do órgão máximo do governo próprio da Região Autónoma da Madeira", refere

o documento.

Por isso, "o PS/Madeira lamenta esta situação que vem na linha de situações anteriores e afirma que não aceita ser marginalizado no processo de revisão constitucional na parte respeitante às Regiões Autónomas, o qual deve corresponder a um aprofundamento não só da autonomia como também da democracia na região".

O PS/Madeira aprovou ainda a realização da festa do partido a 21 de Julho, que passará a ser denominada "Festa da Liberdade".



Os socialistas vila-realenses sublinharam que o Programa Polis, lançado e incentivado pelo anterior Governo, tem como objectivo central

"valorizar as cidades médias e dotá-las de qualidade urbana e características de atratividade", mas também "deve ser um

VILA REAL

PS QUER CÂMARA A COORDENAR O POLIS

instrumento político do município de Vila Real, no sentido de consolidar a cidade como o centro cívico, económico e político de toda uma região". Em conferência de Imprensa, o PS/Vila Real considerou que estes princípios "podem estar em risco se se continuar a trilhar o caminho que o município e a Sociedade Vila Real Polis têm vindo a seguir". Desde logo, adiantam os socialistas, "pela ausência de co-responsabilização política entre estas duas entidades", não sendo tolerável "que os principais agentes políticos, os eleitos, se coloquem à margem de toda a discussão e se remetam ao silêncio" e porque "todo o trabalho realizado até aqui pelas equipas de projecto carece de controlo, encaminhamento e aconselhamento".

Por isso, a Concelhia e os autarcas do PS/Vila Real consideram "urgente que o Executivo

municipal regresse à coordenação de todo o processo do Programa Polis e que seja abandonado o estatuto de dupla personalidade até hoje assumido a nível de presidência da Câmara Municipal, de ser e não ser, de estar e não estar, para passar a determinar o andamento do processo".

Na sequência de várias sessões de discussão dos planos de pormenor, o PS/Vila Real colocou algumas questões que espera ver respondidas ou resolvidas pela Câmara e que se prendem com aspectos financeiros, imobiliários, ambientais, de gestão dos solos, entre outros. No final da conferência de Imprensa, o PS apelou "ao bom senso de quem gere os destinos do concelho, para que o Programa Polis seja, em Vila Real, uma aposta ganha e não mais uma oportunidade perdida".

CASCAIS

CONCELHIA PROMOVE ENCONTRO DE AUTARCAS

O Secretariado da Comissão Política Concelhia promoveu no passado sábado um encontro de autarcas do PS, subordinado ao tema "Cascais hoje... depois de 172 dias", que contou com a presença do camarada José Augusto Carvalho, em representação do secretário-geral.

No encontro, que decorreu numa unidade hoteleira de Cascais, foi feito um balanço dos mandatos autárquicos das Assembleias e Juntas de Freguesia, Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, e foram definidas estratégias comuns entre os diversos órgãos e as ligações do PS à sociedade civil.

**PS/AÇORES**

JORNADAS PARLAMENTARES EM S.JORGE

Os deputados do PS-Açores realizam as suas jornadas parlamentares entre os dias 2 e 5 de Julho na Ilha de S.Miguel.

Da agenda, destacam-se o balanço das actividades desenvolvidas durante o ano legislativo e a reflexão sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC), uma vez que este é um tema de grande importância para o desenvolvimento regional.

De acordo com o programa das jornadas, os deputados regionais visitam diversas instituições e reúnem-se com personalidades da região.

VILA FRANCA DE XIRA

CÂMARA PREOCUPADA COM CRISE NAS OGMA

A crise nas OGMA - Indústria Aeronáutica de Portugal, o maior empregador do concelho de Vila Franca de Xira, está a preocupar a presidente da Câmara, Maria da Luz Rosinha, que pediu reuniões urgentes aos ministros da Defesa e da Segurança Social e do Trabalho para analisar a situação na empresa, onde se perspectiva uma reestruturação que implicará centenas de despedimentos.

Na missiva aos governantes, a presidente da autarquia lembra que "qualquer decisão pode ter implicações graves na vida de muitas pessoas e famílias totalmente dependentes da empresa".

A presidente da Junta Metropolitana de Lisboa não tem dúvidas sobre a participação da sua autarquia na Associação de Municípios da Lezíria do Tejo (AMLT). De acordo com uma proposta aprovada, por unanimidade, na última reunião da Câmara, foi deliberado deixar aquela associação.

O município vila-franquense, que integrava aquela associação há mais de 20 anos, considera que, desde que foi incluído na Área Metropolitana de Lisboa (AML), a participação na AMLT não lhe trazia qualquer benefício. Segundo sublinhou Maria da Luz Rosinha, Vila Franca tem uma realidade que se enquadra



muito mais na AML, do que num conjunto de municípios de características mais rurais.

Atacando na frente governamental, Maria da Luz Rosinha escreveu uma carta ao ministro da Saúde e ao conselho directivo da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) manifestando a sua surpresa e descontentamento pela decisão da Sub-Região de Saúde de Lisboa (SRSL) de não apoiar um projecto de criação de um serviço móvel de saúde dirigido às freguesias rurais do concelho. A autarca, que apresentou o problema na última reunião pública da Câmara, diz que não aceita os argumentos avançados pela SRSL.

O projecto, que começou a ser preparado pela edilidade e pela tutela regional da saúde há cerca de um ano, previa a aquisição e equipamento pela Câmara de uma viatura adequada, que se deslocaria semanalmente às freguesias rurais de Cachoieiras, Calhandriz e São João dos Montes, com uma população maioritariamente idosa, aliviando as saturadas unidades de saúde existentes.

O posto móvel de saúde deveria integrar um médico, um enfermeiro e um auxiliar de acção médica e, segundo Maria da Luz Rosinha, há ainda enfermeiros e auxiliares que estarão dispostos a participar voluntariamente.

OURIQUE

PS CONTRA DESPEDIMENTOS NA AUTARQUIA



Os autarcas socialistas do concelho de Ourique estão contra a forma como o Executivo camarário despediu mais de 50 funcionários.

O PS acusa a câmara Municipal do PSD, de ter adoptado um "critério meramente político-partidário", na escolha dos funcionários que foram despedidos uma vez, que "não foi feita uma avaliação rigorosa e justa dos casos mais necessitados".

Os socialistas consideram os despedimentos injustos, porque os

trabalhadores visados assinaram os contratos poucos dias antes das eleições autárquicas, o que, segundo os autarcas, "vem provar que o Executivo camarário se serviu das pessoas para tirar benefícios eleitorais.

Para o PS, esta tomada de posição da autarquia é grave porque os ordenados dos funcionários abrangidos estão atrasados e os descontos para a Segurança Social não foram feitos na totalidade, o que leva a que estes não possam recorrer ao subsídio de desemprego.

Na última reunião da Assembleia Municipal, ao ser confrontado com esta questão, o vice-presidente da autarquia justificou-se com as dificuldades financeiras que a câmara atravessa e que acabaram por se reflectir nos despedimentos e nos salários em atraso dos meses de Abril e de Maio de muitos funcionários.

Os autarcas socialistas recordam que têm vindo a alertar constantemente a autarquia para os "gastos supérfluos" feitos nos sucessivos mandatos do PSD.

PROJECTO-LEI

DEPUTADOS PS PROPÕEM ELEVÇÃO DE RAIVA A VILA



Os deputados socialistas Rosa Albernaz e Antero Gaspar apresentaram na mesa da Assembleia da República um projecto-lei para a elevação da povoação de Raiva, no concelho de Castelo de Paiva, à categoria de vila.

Raiva é a segunda maior freguesia do concelho de Castelo de Paiva em termos populacionais, vindo mesmo a verificar-se um aumento constante do número de eleitores e, consequentemente, da população residente.

Após a análise das actividades socioeconómicas e industriais, e dos equipamentos sociais existentes na povoação, os signatários do documento consideram que Raiva reúne as condições necessárias para ser elevada à condição de vila.

CASTELO BRANCO

MERCADO MUNICIPAL IRRECONHECÍVEL

O Mercado Municipal de Castelo Branco reabriu as portas, após as obras que o transformaram num espaço irreconhecível para aqueles que o frequentam habitualmente e para os próprios vendedores. O presidente da autarquia, Joaquim Morão, esteve presente na reabertura deste espaço, para ver o resultado do investimento de 2,5 milhões de euros.

Segundo o autarca socialista, "as obras de melhoramento do espaço são "talvez a última oportunidade para dar vida à praça e ao comércio tradicional".

A renovação do mercado municipal contemplou 40 comerciantes, que a partir de agora passam a ter um lugar de venda fixo neste espaço.

O MOMENTO DOS PARTIDOS SOCIALISTAS E SOCIAL-DEMOCRATAS EUROPEUS



VITALINO CANAS

Em 14 e 15 de Junho, a Fundação Andreas Papandreu, liderada pelo actual ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo grego do PASOK, George Papandreu, convidou alguns partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas europeus para reflectirem sobre o actual momento do socialismo democrático e da social-democracia e dos partidos socialistas e social democratas europeus.

Sobre um pano de fundo de derrotas sucessivas do centro-esquerda na Europa e com fortes ameaças aos partidos social-democratas e socialistas na Alemanha e na Grécia, vários dos intervenientes não hesitaram em falar de crise e de risco de o caso da esquerda democrática, partindo daí para defender fortes e radicais reformas, quer ao nível da estrutura e do funcionamento dos partidos, quer ao nível programático.

Alguns, mais prudentes, rejeitam o termo crise e preferem falar de «transformação» da social-democracia, lembrando que na década de 80 a direita governava muitos dos países da Europa, com um domínio que parecia inexpugnável, mas que na década de 90 os partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas voltaram a adquirir uma posição saliente em quase todos os países da União Europeia. Além disso, se é verdade que a direita está a ocupar os Governos da Europa comunitária, também é certo que os partidos de orientação social-democrática mostram pujança na Europa oriental.

Independentemente de quem tem razão, há dois aspectos em que todos concordam: primeiro, os comportamentos políticos dos povos dos países da UE, não obstante a lentidão do processo de união política, tendem a aproximar-se, sendo cada vez mais provável que as “ondas” de esquerda ou de direita e as “modas” políticas atinjam todos por igual, eventualmente com a excepção dos países das Ilhas Britânicas e nórdicos, dado seu habitual distanciamento em relação aos aspectos mais avançados da construção europeia; segundo, os partidos social-democratas devem submeter-se a um processo de profunda reforma, orgânica e programática.

Sobre a reforma orgânica há muitas e boas ideias, mas também fundadas dúvidas sobre a capacidade para promover as intensas modificações que são necessárias. Há um comum sentimento de que os partidos tradicionais, em geral, e os social-democratas em particular sofrem um preocupante processo de envelhecimento e isolamento social. É generalizado o fenómeno do envelhecimento dos quadros e de diminuição da militância e do número de inscritos. A dificuldade em atrair para a política os jovens e os grupos mais dinâmicos e inovadores e o descrédito das organizações partidárias na sociedade civil ocorre em quase todo o lado. Em alguns países, é acesa a competição com organizações altamente informais, com estrutura escassa e plástica, baseadas em

Alguns, mais prudentes, rejeitam o termo crise e preferem falar de «transformação» da social-democracia, lembrando que na década de 80 a direita governava muitos dos países da Europa, com um domínio que parecia inexpugnável, mas que na década de 90 os partidos social-democratas, trabalhistas e socialistas voltaram a adquirir uma posição saliente em quase todos os países da União Europeia. Além disso, se é verdade que a direita está a ocupar os Governos da Europa comunitária, também é certo que os partidos de orientação social-democrática mostram pujança na Europa oriental.

militância ocasional e emissoras de um discurso político imediato e pouco profundo, mas eficaz, directo e colorido, em contraste com o cizentismo próprio das estruturas partidárias mais clássicas e dos respectivos líderes.

Neste contexto, é curiosa a exposição do representante do Partido Social-democrata holandês, sustentando que o fenómeno Pim Fortuyn não é, em rigor, um caso de extrema direita xenófoba, mas -um caso de populismo extremo, baseado numa grande capacidade de apreensão das preocupações das pessoas da rua e de comunicação a essas pessoas das respostas que elas querem ouvir, em termos que não é possível, muitas vezes, classificar de esquerda ou de direita. A resposta a este processo de decadência é unânime: há que compensar o processo de institucionalização dos partidos como verdadeiras estruturas do Estado (reforçada pela tendência, que também parece geral, no sentido de os financiamentos serem, cada vez mais, públicos) criando novas fórmulas de ligação à sociedade civil.

A ideia de abrir as sedes dos partidos, transformando-as em centros de recursos, por mim avançada, foi acolhida com interesse, tendo sido assinalado que, por exemplo, na Suécia haverá já casos de cyber-cafés geridos pelo Partido Social-Democrata (informação que ainda não pude aprofundar, mas que deve merecer a nossa análise).

A necessidade de maior ligação com as organizações da sociedade civil, não obstante alguma dificuldade em definir correcta e objectivamente estas organizações, foi também acentuada por alguns, que sustentaram ser pernicioso o normal alheamento dos partidos social-democratas em relação a organizações activistas ecológicas, cívicas, culturais, entre outras. A maior polémica da reunião, aliás, centrou-se na questão de saber qual a atitude da social-democracia em relação à globalização e aos movimentos anti-globalização que se mostraram activos, por exemplo, em Génova e Seattle.

Sobre essa questão, manifestaram-se claramente duas correntes: a dos que entendiam que os social-democratas devem integrar e cooperar com as alas pacíficas e ordeiras desses movimentos, rejeitando com eles a globalização; a daqueles que sustentavam que a social-democracia não pode ter uma postura antiglobalização, antes deve ter um papel de regulação do fenómeno, conferindo-lhe racionalidade e evitando que o processo de globalização se traduza no empobrecimento e na exclusão de boa parte da população mundial.

Ainda no que se refere à recomposição interna dos partidos, circulei a ideia de que estes necessitam de se flexibilizar: alguém falou de partidos «à la carte», capazes de corresponder aos interesses daqueles que querem ter uma militância intermitente, ou até uma militância relacionada apenas com causas específicas. A rigidez dos partidos é uma das razões fundamentais por que muitas pessoas desejosas de envolvimento cívico se sintam mais atraídas pelas organizações informais do que pelos partidos.

Porventura, uma das discussões mais estimulantes do presente é sobre a influência da Internet no modo como os partidos farão política no futuro. Um dos participantes no encontro, Phil Noble, referindo-se em particular ao caso americano, surpreendeu com a demonstração da dimensão que o uso da Internet como instrumento da política já adquiriu. Desde campanhas financiadas quase integralmente através de fundos recolhidos através da Net, até candidaturas a cargos públicos essencialmente baseadas na divulgação de mensagens por essa via, a importância da Internet tem crescido exponencialmente. A Internet é já uma forma de ultrapassar o bloqueio da comunicação social a certas mensagens e é um modo de comunicação, directa e em tempo real, com os cidadãos. É, sobretudo, um dos modos mais eficazes de comunicar com o público mais jovem. No Partido Socialista haverá, seguramente, que saber, desde já, aproveitar todas essas experiências, aperfeiçoando e intensificando o uso da Net, quer em campanha, quer nos períodos entre eleições, onde a mensagem do partido nem sempre encontra eco adequado nos *media*.

Sobre a reforma programática falou-se menos. Mas é notório que o debate não é fácil e que a recente passagem de uma situação de Governo numa dúzia de países da UE para a situação actual deixa os socialistas intranquilos e inseguros sobre o rumo a tomar.

Alguns censuram o facto de os partidos social-democratas e socialistas não terem sabido assumir ou definir uma agenda própria, deixando-se cair na tentação de simplesmente executar uma agenda liberal, pouco distintiva em relação aos partidos conservadores, da direita. O facto de o processo de construção europeia ter confirmado, durante o domínio social-democrata e socialista, a via essencialmente liberal, com poucos progressos, designadamente na área social, foi o exemplo mais invocado. A esta tese opuseram-se alguns, mostrando que a tendência de uniformização política entre os vários partidos não é problema apenas da esquerda e do centro-esquerda, nem resulta apenas da sua actuação, antes derivando, em muitos casos, de uma aproximação dos partidos da direita clássica aos temas históricos da social-democracia.

Não se tendo avançado muito no tema, ficou o sentimento de que a social-democracia não pode esquecer as suas raízes, antes tem de buscar nelas o seu rumo futuro. Não se trata de voltar aos temas clássicos, mas de reatualizar as linhas de actuação e os princípios da social-democracia e do socialismo democrático, adaptando-as às novas causas ou às velhas causas que assumiram novas roupagens: protecção da natureza, defesa dos consumidores, igualdade de oportunidades entre sexos, globalização, novas tecnologias, segurança, imigração.

A última coisa de que o País precisa é que a corrente formalista e fundamentalista da Comissão receba de bandeja a prenda de uma previsão de um défice excessivo para Portugal, que lhe possa justificar a necessidade de uma intervenção "exemplar" contra um País de dimensão média.

VISTO DE BRUXELAS

O (IR) RESPONSÁVEL!

Há umas semanas atrás, o Dr. Duarte Lima escrevia na sua habitual crónica no "Expresso", que o Dr. Durão Barroso tem a qualidade de ser, indiscutivelmente, um dos maiores resistentes da vida política portuguesa.

Provavelmente por decoro (ou cálculo político) o Dr. Duarte Lima esqueceu-se de referir que essa qualidade resulta directamente dum comportamento político sem escrúpulos que não olha a meios para atingir os seus fins.

Esta característica acaba de ser confirmada com a recente intervenção parlamentar do primeiro-ministro a propósito do défice do Orçamento de 2001.

São suficientemente conhecidas, porque divulgadas e discutidas publicamente, as dificuldades que condicionam as finanças públicas portuguesas.

É um facto incontroverso que os diversos compromissos assumidos pelo Governo português, junto da Comissão Europeia, em matéria de défice público, não puderam ser cumpridos.

Por isso foram sendo feitas sucessivas revisões em alta do valor do défice que, assentando em pressupostos técnicos indiscutíveis e em compromissos políticos realistas, obtiveram o assentimento da Comissão e do Conselho Ecofin.

O que sempre esteve em causa, para Portugal como para os outros países da União, foi, por um lado, o cumprimento da obrigação de manter o déficit orçamental abaixo do valor 3 por cento e, por outro lado, o prosseguimento de uma trajectória descendente visando a consolidação das finanças públicas e por fim o pleno equilíbrio orçamental até 2004.

A Cimeira de Sevilha, que encerrou a presidência espanhola, introduziu uma interpretação flexível do Pacto de Estabilidade, no que diz respeito à trajectória descendente (que passa a depender da evolução do crescimento económico) mas, reafirmou, como parece necessário, o limite máximo de 3 por cento para o défice orçamental.

Compete à Comissão com o apoio técnico do Eurostat, que deve validar ou não os dados fornecidos pelos Estados nacionais, avaliar o cumprimento desta regra e, eventualmente, em casos limites, desencadear o mecanismo dos déficits excessivos previsto no Tratado da União Europeia.

É, portanto, à Comissão Europeia que compete a última palavra e só a deve proferir com base nos seus próprios números e avaliações.

Ora a Comissão Europeia considerou como bons os compromissos apresentados pelo Estado português (recentemente através do actual governo) e, sobretudo, considerou que as medidas tomadas desde há dois anos a esta parte pelas autoridades financeiras do país asseguravam a não violação do limite dos 3 por cento.

Ao contrário do que alguns pensam, a contabilidade pública ou privada não é uma ciência (ou técnica) certa e depende, em grande parte, das convenções previamente estabelecidas.

Por isso é que as previsões económicas ou os valores atribuídos a grandezas macroeconómicas divergem significativamente conforme a entidade ou organização que as elabora e divulga.

Só que, para efeitos de desencadear um eventual processo de défice excessivo, o que é relevante é o juízo da própria Comissão que se deve basear exclusivamente nos seus cálculos e nos seus números.

A Comissão Europeia não é uma entidade abstracta e descomprometida; nela debatem-se, permanentemente (sem que se perceba em cada momento qual a dominante) duas concepções interpretativas sobre o cumprimento do Pacto de Estabilidade.

A última coisa de que o País precisa é que a corrente formalista e fundamentalista da Comissão

receba de bandeja a prenda de uma previsão de um défice excessivo para Portugal, que lhe possa justificar a necessidade de uma intervenção "exemplar" contra um País de dimensão média.

Ora é este o resultado previsível da irresponsável intervenção do primeiro-ministro no Parlamento português.

Cego pelo seu ódio permanente à governação socialista (no que é bem acompanhado pela actual titular das finanças) mas, sobretudo, estimulado pelo seu instituto de sobrevivência, o Dr. Durão Barroso joga no curto prazo indiferente às consequências que o seu comportamento possa ter, no futuro, para o País e para os portugueses.

Quem vier atrás que feche a porta.

É esta a verdadeira dimensão ético-política do actual primeiro-ministro de Portugal e é este e outros comportamentos que o tornam politicamente um irresponsável.

Esta sua recente atitude, é ainda mais deplorável porque hostiliza gratuitamente o Senhor Presidente da República.

Com efeito, é bom lembrar que, na sequência da tomada de posse do actual executivo e respondendo a críticas formuladas ao Governo anterior, o Senhor Presidente da República declarou que o importante era conseguir um acordo global para a superação das dificuldades financeiras, sendo dispensável e desajustada toda a imputação de responsabilidades a executivos anteriores.

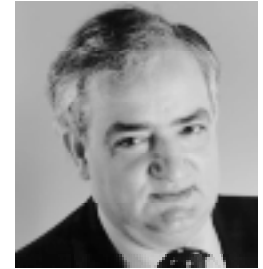
É na sequência deste compromisso de facto que é então nomeado um grupo de missão, coordenado pelo governador do Banco de Portugal, com o objectivo de avaliar e calcular de forma tão rigorosa quanto possível, a verdadeira situação das finanças públicas portuguesas.

Não estando ainda terminado o trabalho do grupo de missão, a intervenção pública irresponsável do Primeiro Ministro sobre esta matéria, corre o risco de lhe diminuir o alcance, a objectividade e, sobretudo, a credibilidade. Ao sentenciar, gratuita e extemporaneamente um valor para o défice orçamental do País (ainda que ancorado num relatório preliminar e secreto do BCE) o primeiro-ministro, criou um precedente grave que desencadeou a estupefacção das instituições europeias e provocou, por isso, graves danos ao Estado português, cujas consequências, aliás, só avaliaremos verdadeiramente dentro de algum tempo.

É preciso não esquecer que, independentemente da evolução final deste lamentável incidente junto da Comissão Europeia, existe um juízo de credibilidade que é formulado pelos mercados financeiros que neste caso não deixará de penalizar Portugal, fazendo-lhe pagar o preço da má escolha dos seus dirigentes.

O Dr. Durão Barroso comportou-se como o sobrevivente que nele identifica o Dr. Duarte Lima, mas, sobretudo, comportou-se como um (ir)responsável que não merece estar à frente da governação do País.

Veremos até quando estará o eleitorado disposto a aturá-lo.



MANUEL DOS SANTOS



SESSÃO DE JULHO DO PE

EURODEPUTADOS PEDEM EXPLICAÇÕES
SOBRE INCIDENTES NA FRONTEIRA

Os incidentes com portugueses na fronteira Rosal de la Frontera/Vila Verde de Ficalho foram colocados na ordem do dia pelos eurodeputados do PS, que introduziram dois pontos sobre os incidentes numa resolução do Grupo dos Socialistas Europeus sobre os resultados da Cimeira de Sevilha. O Partido Popular Europeu, onde está integrado o PSD, recusou a sua adopção, de forma que, para conseguir contornar essa posição, o Grupo Socialista decidiu apresentar uma emenda para ser votada em plenário. Por outro lado, em plenário, o presidente da delegação portuguesa, Carlos Lage, insistiu para que o Conselho e a Comissão

esclarecessem o que motivou a atitude das autoridades espanholas.

Assim, no capítulo VII da proposta de resolução que o Grupo do PSE pretendia ver aprovada, no ponto 42, pedia-se ao Parlamento que condenasse vivamente a actuação das autoridades policiais espanholas, que "impediram de forma prepotente e violenta a passagem da fronteira a cidadãos portugueses (entre eles um deputado à Assembleia da República) que se dirigiam a Sevilha a fim de participar numa manifestação autorizada à margem do Conselho Europeu"; e considerava que tal actuação "pôs em causa princípios e liberdades fundamentais inscritos no Tratado e

constitutivos da cidadania europeia".

No ponto 43, a redacção propunha que o Parlamento Europeu instasse o "Conselho e a Comissão Europeia a desenvolverem diligências junto do Governo espanhol no sentido de esclarecer o sucedido", e apelava "a uma definição rigorosa das circunstâncias e condições em que poderá ser invocada, em futuras situações, a excepção constante do artigo 2º da Convenção de Schengen".

No período antes da ordem do dia do plenário de Estrasburgo, perante o presidente em exercício do Conselho, José Maria Aznar, Carlos Lage tinha insistido para que "o Conselho e a Comissão

esclarecessem os graves incidentes, que não poderão deixar de ser condenados e sem que deles se retirem as devidas consequências".

"Aqueles incidentes... disse - provocaram em Portugal muita emoção, uma tempestade política e esta Câmara não pode ficar indiferente àquilo que se passa num país membro da União Europeia". O eurodeputado considerou ainda que "o direito de manifestação, de livre circulação são direitos constitutivos da cidadania europeia e não podem ser violados sem que haja fortes razões para que isso aconteça e sem que o PE tome uma posição e protesto".

Aznar, com a convicção política do democrata-cristão Pat Cox, presidente do PE, recusou responder aos pedidos do eurodeputado socialista, tal como nada disse aos jornalistas que o aguardavam à saída do hemisfério.

Também Pacheco Pereira considerou os incidentes sem importância, o que não deixa de ser curioso, sobretudo se pensarmos no alarido que fez em torno da agressão que ninguém viu quando foi cabeça de lista fantasma pelo círculo do Porto nas últimas eleições legislativas.

HELENA TORRES MARQUES

"É PRECISO TERMINAR COM CONDENAÇÃO DO ABORTO"

"Que termine a condenação do aborto como um crime e que termine a perseguição pública às mulheres em tribunais e meios de comunicação social", disse no plenário de Estrasburgo a eurodeputada Helena Torres Marques, durante a discussão de um relatório, posteriormente aprovado, sobre "A saúde e os direitos em matéria de sexualidade e reprodução", da socialista belga Anne Van Lancker.

"A culpa, a dor, a violência física e psíquica do aborto são suportadas sobretudo pelas mulheres. Por isso, em todos os países da União Europeia com excepção da Irlanda e de Portugal, já foram encontradas soluções para que a sociedade responda ao direito que todas as mulheres têm, se o quiserem, de ser acompanhadas medicamente em processos de aborto. Já basta o drama de o fazerem", disse.

A eurodeputada considerou o relatório de Ane



Van Lancker uma esperança para as mulheres de Portugal, "para que saibam que na Europa se luta para que todas tenham iguais direitos, para que haja tolerância, solidariedade, se acabem as hipocrisias e se defenda a sua saúde e dignidade". Helena Torres Marques manifestou-se contra as manifestações de "obscurantismo e intransigência" que por vezes afloram em alguns sectores conservadores da sociedade portuguesa, e classificou a situação que se vive no nosso país como "triste", designadamente em virtude de uma mentalidade que em certos casos assume uma natureza quase inquisitorial.

"Em Portugal, onde um referendo não vinculativo em que apenas um terço da população votou, ganhou ou não à discriminação do aborto, após uma campanha radical dos favoráveis ao NÃO e a passividade ingénua dos defensores do SIM, largamente maioritários nas sondagens. De então

para cá, a situação não cessa de se agravar", disse. Não poupando elogios ao relatório da socialista belga, Helena Torres Marques considerou que temas como a contracepção, casos de gravidez indesejada e aborto e a educação sexual dos adolescentes, foram tratados de forma muito ponderada.

O relatório sustenta que os Estados-membros devem promover uma política de saúde e social que permita a diminuição do recurso ao aborto, graças a serviços de planeamento familiar e de aconselhamento. No entanto, quando é praticada, a interrupção voluntária da gravidez deve ser legal, segura e universalmente acessível, a fim de salvaguardar a saúde e os direitos das mulheres.

Os Estados-membros são convidados a não agir judicialmente contra as mulheres que tenham feito abortos ilegais.

RIDICULARIZADAS PELO PSD

COMISSÃO EUROPEIA RETOMA PROPOSTAS
DO GOVERNO PS PARA A AGRICULTURA

A Comissão Europeia retomou quase integralmente as propostas sobre a reforma da PAC apresentadas há cerca de um ano pelo então ministro da Agricultura do PS, Capoulas Santos, tendo na altura o PSD tomado uma atitude injuriosa relativamente ao documento. De acordo com declarações à imprensa publicadas em 18 de Maio de 2001, o PSD considerou que as propostas então apresentadas pelo Governo do PS "provocaram o riso entre os interlocutores europeus", e que "não teriam a mínima hipótese de vingar". A verdade é que não só vingaram, como foram

levadas a sério, já que na ânsia provinciana de desvalorizar tudo, o PSD considerou também que as propostas "não seriam levadas a sério" e que, além disso, iriam "fragilizar a posição defendida pela Comissão Europeia". Tanto erro de cálculo só pode significar uma de duas coisas: ou uma grosseira manifestação de insensibilidade perante a necessidade de fazer uma reforma amiga da natureza e respeitadora dos interesses dos pequenos agricultores, ou então trata-se de uma total incapacidade para perceber as questões mais prementes e actuais em matéria de reforma da política agrícola.

O agora deputado Capoulas Santos critica violentamente aquilo a que chama "o carácter suicida" da estratégia adoptada pelo actual governo do PSD para a reforma da PAC, bem como a revogação de algumas medidas que foram implementadas pelo Governo do PS, agora retomadas pela Comissão Europeia. No âmbito da modulação das ajudas e na alteração dos critérios para atribuição das ajudas aos agricultores, o deputado considera que, perante a divulgação das linhas mestras da proposta da Comissão, confirma-se que o Governo assume uma "confrangedora falta de visão estratégica

face à previsível evolução da situação europeia e internacional".

"É - afirma Capoulas Santos - um desperdício inacreditável da oportunidade histórica que se coloca a Portugal para alterar a PAC de forma mais justa e equilibrada a favor dos agricultores portugueses, colocados na pior situação da União Europeia na sequência das negociações da adesão, chefiadas ao nível técnico pelo então director-geral Sevinante Pinto (hoje ministro da Agricultura) e da Reforma de 1992, chefiada ao nível político pelo então ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso.



FUTURO DA EUROPA

VITORINO DEFENDE REFERENDO SOBRE RESULTADOS DA CIG

“Penso que é incontornável que em Portugal haja um referendo sobre a próxima Conferência Intergovernamental”, disse António Vitorino, representante da Comissão Europeia nos Trabalhos da Convenção sobre o Futuro da Europa. O comissário falava no Centro Cultural de Belém num encontro para discutir os temas da Convenção, organizado pelo Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu, em que participem individualidades de diversos quadrantes, entre as quais o eurodeputado Luís Marinho e o deputado Alberto Costa.

Segundo António Vitorino, o resultado da CIG não deixará de se submeter a referendo nos Estados-membros, dado a sua natureza constitucional, pelo que todo este caminho de discussão que está a ser feito é fundamental. “É preciso – disse – muita pedagogia e fazer participar o maior número possível de cidadãos”. Na sua opinião, se os trabalhos da Convenção conseguirem produzir um trabalho e um produto que possa ser transferido para a CIG, isso será meio caminho andado para os cidadãos aceitarem a Europa.

Para o Comissário, os trabalhos da Convenção jogam-se essencialmente em torno de três palavras-chave: compreensão, legitimidade e poder.

Quanto à compreensão, considerou que a União Europeia é hoje vítima do seu próprio sucesso. A paz, estabilidade e bem estar são como o ar que se respira, pelo que “é preciso criar uma nova utopia que motive os europeus”.

É preciso que os grandes objectivos e finalidades da UE se tornem compreensíveis para os cidadãos. Daí que seja fundamental entender a importância e consequências do alargamento e, por outro lado, que a União se torne mais compreensível através da criação de um novo Tratado.

Defendeu ainda uma clarificação das competências dos Estados-membros e das instituições e que haja progressos na Política Externa e de Segurança Comum e no domínio da Justiça e dos Assuntos Internos.

No âmbito da legitimidade, defendeu a manutenção da igualdade entre os poderes, os

quais deveriam manter-se depois da revisão dos tratados. Disse ser contra a criação de uma segunda câmara e favorável a que a Carta dos Direitos Fundamentais tenha força jurídica vinculativa.

Quanto ao poder, considerou que o grande desafio é manter a coesão política e garantir a igualdade entre Estados, numa União sem vencedores nem vencidos. “O perigo – disse – é que alguns vêm o método intergovernamental como uma apólice de seguro”, acrescentando que qualquer tentativa de criar um directório constituído por países grandes poria em causa a coesão política e o princípio da igualdade”.

Do outro lado, temos o modelo proposto pela Comissão Europeia, que defende “uma Europa de cidadãos e não de súbditos, respeitadora das nações e assente na igualdade entre Estados e na democracia a todos os níveis e que, na generalidade, não é muito diferente daquilo que tem sido até hoje a realidade europeia: uma Comissão que propõe, um Conselho de Ministros que decide, com parecer vinculativo ou mera opinião do Parlamento Europeu”.

“O projecto da Comissão tem conteúdo, valores e estratégia. Necessita de algum poder, controlável pelo Parlamento Europeu. Mas não nos cabe na cabeça que isto pressuponha um super Estado e um governo europeu”, concluiu. Também o deputado Alberto Costa, um dos representantes da Assembleia da República nos trabalhos da Convenção, insistiu na necessidade de prevalecer o princípio da igualdade entre Estados. “No plano europeu, este é o princípio mais rico. Estados, povos, culturas e línguas dificilmente terão hipóteses de sobrevivência se ele não for respeitado. A eurodiversidade entrará em perda se isso não acontecer”, afirmou.

Contraoposição de modelos e eurodiversidade

Por sua vez, o eurodeputado Luís Marinho incidiu a sua intervenção nos modelos de poder que se desenham. Por um lado – disse – temos o modelo apresentado na Cimeira de Sevilha que explora a ideia “simpática” de uma Europa com rosto, materializado na escolha de um presidente escolhido pelos primeiros ministros, mas ao qual faltaria a legitimidade popular. Este modelo, de natureza imperial, seria o mais conveniente para os grandes países, já que lhes permitiria determinar os destinos da Europa.

“Com isto se afastariam as presidências rotativas através de uma singularidade democrática: um presidente de um conselho de Ministros não eleito a mandar em ministros oriundos de governos eleitos por sufrágio universal e com legitimidade democrática, como se fosse um secretário geral de Ministério a dar ordens aos ministros, na esteira do que aprendemos na série britânica “Yes Minister”.

Alberto Costa considerou ainda que a Europa tem de escolher entre ser uma região politicamente autónoma, mas sem desempenhar um papel de relevo na cena internacional, ou ter uma personalidade que permita aos povos sentirem que a Europa é capaz de projectar eficazmente esses valores internacionalmente.

Hoje, Alberto Costa volta a participar num debate sobre o futuro da Europa, numa iniciativa conjunta do “Diário de Notícias”, TSF e do Gabinete do Parlamento Europeu em Lisboa.

SEVERIANO TEIXEIRA

EUROPA ESTÁ ATRASADA NA INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

“A Europa não está muito atrasada na gestão dos fluxos de imigrantes; está-o sim, e muito, quanto ao tipo de integração dos imigrantes que recebe”, considerou o ex-ministro da Administração Interna do PS, Severiano Teixeira, num debate sobre o futuro da Europa.

O ex-ministro socialista considerou que o discurso europeu sobre a imigração e segurança não pode ser populista, racista e xenófobo e, sobretudo, securitário. No entanto, considerou fundamental quebrar os mitos da imigração zero, na medida em que a sua aplicação desenvolveria os fluxos de ilegais, e o do não controlo das fronteiras, o que daria origem à multiplicação de sentimentos de racismo e de xenofobia.

“Sem retornar à ideia do continente-fortaleza, a Europa tem de assumir sem complexos, que a imigração tem hoje uma coloração diferente: ontem predominavam os ritos de solidariedade, hoje, muita da imigração é conduzida por associações criminosas”, afirmou.



DA SÍNTESE À SUA ANTÍTESE: O NOVO CICLO DE DIREITA NA EUROPA



MIGUEL CABRITA

noutros países, estiveram associadas à queda dos governos de esquerda, a verdade é que o PS, tal como muitos dos seus congéneres europeus (basta pensar na autêntica tragédia que se abateu sobre o PSF nos últimos meses), precisa com urgência de ultrapassar a estéril tentativa de demonização dos rostos das respectivas derrocadas eleitorais.

O que é preciso, a curto prazo, é um balanço sério e distanciado destes últimos anos. E, a partir deste, uma renovação dos fundamentos ideológicos, do discurso e das práticas políticas do PS. Só assim será possível tornar consistente e ganhadora, a médio prazo, a postura positiva e actuante que já se vê na oposição que está a ser feita em Portugal.

2. A direita pagou cara a recessão de 1992-1994, da mesma maneira que agora o abrandamento económico não será alheio à mudança generalizada da cor dos partidos de Governo. Mas não é apenas um ciclo económico que está em causa, especialmente se quisermos perceber as características mais marcantes deste novo período político.

Ora, uma delas, de que o caso português é um excelente exemplo, é a clareza cristalina das opções de direita que em poucos meses estão a ser passadas à prática. Clareza que contrasta, com igual clareza, a um dos traços mais marcantes do “ciclo socialista”, a aposta na conquista do centro: um centro já não residual, indefinido e flutuante, mas valorizado, teorizado e conscientemente assumido como o futuro dos partidos de esquerda, o “centro radical” de que falava Giddens e que se pretendia “para além da esquerda e da direita”.

Esta síntese ideológica, na base da chamada “terceira via”, revitalizou e modernizou o discurso da esquerda e permitiu conquistar uma vasta classe média pouco permeável às lógicas conflituais da esquerda tradicional, num contexto de despolíticação e de complexificação (mais do que esbatimento) das fronteiras ex oposições entre esquerda e direita.

Em poucos anos, porém, este rumo conduziu a esquerda a um beco sem saída. Aliás, a estratégia

O que é preciso, a curto prazo, é um balanço sério e distanciado destes últimos anos. E, a partir deste, uma renovação dos fundamentos ideológicos, do discurso e das práticas políticas do PS. Só assim será possível tornar consistente e ganhadora, a médio prazo, a postura positiva e actuante que já se vê na oposição que está a ser feita em Portugal.

das sínteses, em política com outra coisa qualquer, não conduz a outra coisa. Começamos a discutir o centro e a esquerda, continuamos no centro-esquerda, e acabamos a medir o centro-esquerda mais ao centro ou mais à esquerda, e as correspondentes alas direita e esquerda do centro-centro-esquerda e assim por diante, buscando muitas vezes consensos que, em nome de uma certa qualidade da democracia, não devem existir. Até que, enredados na falácia do consenso e da indefinição ideológica, sobra muito pouco espaço para renovar a discussão e, acima de tudo, os modelos de actuação.

O pior é que esta estratégia abriu caminho a um inevitável deslocamento para a direita, à escala europeia. Para ganhar influência sem assustar os mercados e a ambição de afluência das novas classes médias, em meados dos anos 90, a esquerda deslocou-se estrategicamente para o centro, não apenas na retórica, mas nas políticas concretas que pôs em prática. Hoje, e como bem se viu na campanha eleitoral em Portugal, a direita fez-lo também retoricamente, com uma clara inspiração populista, para não ferir demasiado a consciência social dos sectores intermédios.

Na prática, porém, só tem um caminho para se distinguir do ciclo anterior: assume as rupturas, a cada momento, na prática, e (sempre que ganha com isso) no discurso. É por isso que despreza o diálogo social, desvaloriza a reflexividade das políticas públicas, prossegue com estrondo o emagrecimento do Estado e, em simultâneo, moraliza e mercadoriza ao máximo a protecção social. A esquerda – no seu novo centro – não foi capaz de ser transformadora. Apesar de progressos evidentes, por exemplo no emprego e na exclusão social, não houve rupturas estruturais significativas com a própria arquitectura do quadro de actuação política, quer a nível nacional quer a nível europeu. Por exemplo, a ortodoxia europeia de Maastricht, e a sua visão economicista da construção europeia, permaneceu intocada, ao mesmo tempo que outras dimensões da construção europeia poucos progressos conheceram. Por outras palavras, a aposta no centro falhou em toda a linha, mesmo que haja certamente muito a recordar, e a incorporar, destes anos. Mas, como agora se prova, os progressos obtidos são localizados, conjunturais, e largamente mitigáveis já a curto prazo. Pelo contrário, a via neoliberal para a modernização não foi afastada do horizonte, como muitos se apressaram a pensar.

3. É tempo de romper com este centro, que de radical teve em muitos momentos apenas o nome – seja na adequação à matriz ideológica que lhe deu origem, seja nos seus resultados. A esquerda não precisa de uma quarta via. Precisa de cumprir as promessas do centro numa matriz reformista de esquerda; ou, por outras palavras, de um **radicalismo progressivo** que temos, com toda a urgência, de construir.

Um dos traços mais marcantes do novo ciclo político é a clareza cristalina das opções de direita, que contrastam com a anterior aposta na conquista de um centro já não residual, indefinido e flutuante, mas valorizado e teorizado como o futuro, “para além da esquerda e da direita”. Mas a esquerda – no seu novo centro – não foi capaz de ser transformadora. Apesar de progressos evidentes, não houve rupturas estruturais com a própria arquitectura do quadro de actuação política. Por outras palavras, a aposta no centro falhou. É, pois, tempo de romper com este centro, que de radical teve em muitos momentos apenas o nome. A esquerda não precisa de uma quarta via. Precisa de cumprir as promessas do centro numa matriz de esquerda; ou, por outras palavras, de um **radicalismo progressivo** que temos, com toda a urgência, de construir.

RACISMO, CRIME EUROPEU



LUÍS MARINHO

para si, autênticos castelos de areia que se desfazem quando o vento sopra mais forte. Por tudo isto há que sublinhar o sentido verdadeiramente europeu da decisão-quadro proposta por António Vitorino que se orienta no sentido de estabelecer a penalização europeia dos crimes

A Europa [...] dilui-se nas barreiras nacionalistas e policiais que cada um dos Estados vai construindo para si, autênticos castelos de areia que se desfazem quando o vento sopra mais forte.

de racismo e xenofobia, até hoje matéria de direito internacional ou direito interno, de cada um dos Estados-membros, malha por onde se escapam os respectivos autores.

Ao lançar as bases de uma ordem jurídica penal europeia no domínio deste tipo de crimes, a Europa assume responsabilidades não meramente declarativas e constitui-se em espaço privilegiado de respeito pelos valores que a justificam. A Europa não se defende na inércia política, no verbalismo ou dizendo irresponsavelmente aos eleitores o que é mais fácil: *que a culpa está nos outros*. A Europa defende-se com a lei e com sanções.

Defende-se apurando-se como espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, provando a sua necessidade na defesa dos valores que mais dizem respeito aos cidadãos. Muito mais que as afirmações prosélitas de europeísmo confesso, valem as acções, as medidas e a coragem de as propor e fazer valer, como esta que acaba de ser votada no Parlamento Europeu com a matriz do comissário António Vitorino.

Donde se prova que a inteligência, a convicções e o sentido da medida não têm latitudes ou geografia favoráveis.

Portugal e os socialistas portugueses honram-se com a acção do comissário luso que granjeia o seu prestígio, não em glórias passadas, mas dando resposta, falada na nossa língua, aos problemas com que a Europa se defronta. Penalizar, criminalizando em toda a Europa o racismo, quem o pratica ou promove é um serviço prestado à Europa e a Portugal.

Assim se prova a indispensabilidade da manutenção de um comissário por país. A grandeza e influência não estão na sua superfície. Está nas suas ideias e nos seus homens. É que há muitas formas de fazer Europa. Com mercado, com dinheiro, com riqueza, naturalmente. Mas também com inteligência e valores, como vem fazendo António Vitorino, democrata socialista, *originário da Europa do Sul*.

Será que aqueles que votaram no PSD, por desejarem uma mudança, votariam da mesma forma se soubessem, à partida, desta aproximação? Será que os próprios social-democratas apoiariam este acordo e veriam com bons olhos este PP (populismo popular) numa equipa governativa?

A CONSOLAÇÃO

LUÍS MIGUEL FERREIRA
S. JOÃO DA MADEIRA

A última sondagem realizada pela Universidade Católica mostra aquilo que já se suspeitava. Ainda sem atingir a barreira dos cem dias de governação, este Executivo está já a viver um estado de desgraça considerável. Os resultados dessa sondagem colocam o PS à frente do PSD 10 pontos percentuais e o número de portugueses descontentes com o Governo da Nação é já superior ao número registado na fase final do Governo PS.

Confesso que não fiquei nada surpreendido com estes resultados. Na verdade, os portugueses têm todas as razões para se sentirem defraudados, mesmo muitos daqueles que pretendiam uma mudança na condução dos destinos do País. Os eleitores, legitimamente, fizeram as suas escolhas tendo em conta determinadas propostas, mas o que agora verificamos é a imposição de medidas que nada têm a ver com o que lhes havia sido prometido em troca do voto.

Em democracia, é fundamental que os eleitores tenham acesso a todos os dados antes de se pronunciarem num qualquer acto eleitoral. As opções devem ser claras e objectivas para que o direito de voto seja exercido em consciência. É certo que para se exercer o poder é preciso, de facto, ganhá-lo nas urnas. No entanto, não deveria valer tudo! Passadas as eleições e ganho o poder, o que vemos hoje é a coligação que governa o nosso país, por um lado, a abandonar algumas propostas que defendeu em campanha eleitoral (desvirtuando muitas delas) e, por outro, a tomar medidas que escondeu dos eleitores. Há quem diga que isto é o que a política tem de pior!

O primeiro exemplo reside na própria coligação PSD/PP, para a qual não conseguimos deixar olhar com uma certa desconfiança. Será que aqueles que votaram no PSD, por desejarem uma mudança, votariam da mesma forma se soubessem, à partida, desta aproximação? Será que os próprios social-democratas apoiariam este acordo e veriam com bons olhos este PP (populismo popular) numa equipa governativa?

Durão Barroso prometeu um choque fiscal que, entre outras coisas, implicaria a descida de determinados impostos. O que sabemos hoje é que o IVA subiu de 17 por cento para 19 por cento, um imposto que, pela sua natureza, mexe no bolso de todos os portugueses. Será que as pessoas votariam da mesma forma se soubessem que iríamos assistir a uma subida de impostos?

O candidato Durão Barroso prometeu acabar com determinados benefícios fiscais, dando apenas o exemplo daqueles decorrentes de investimentos realizados no "off shore" da Madeira. Na realidade, o corte nos benefícios fiscais ocorreu sim, mas aos jovens que deixaram de ter crédito bonificado na compra de casa própria. Será que os jovens portugueses votariam da mesma maneira se soubessem que teriam que enfrentar mais esta dificuldade?

O candidato a primeiro-ministro pelo PSD nunca falou em despedimentos na função pública antes de 17 de Março. Hoje, o que vemos, são milhares de trabalhadores com os seus postos de trabalho em risco, pela intenção do Governo em não renovar os respectivos contratos. Será que se esses trabalhadores soubessem que teriam de viver esta instabilidade, votariam da mesma maneira? Vimos o presidente do Benfica a apoiar publicamente a candidatura do PSD e nunca ouvimos Durão Barroso clarificar o que faria pelo Benfica em matéria de impostos. Hoje, sabemos que o advogado daquele clube é Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e que a Ministra das Finanças deu aval à proposta de avaliação das acções oferecidas pelo Benfica como garantia de pagamento da dívida fiscal. Será que as pessoas apoiariam este tipo de relações entre clubes e partidos políticos, se soubessem qual viria a ser o culminar desta história?

É que aconteceria se Durão Barroso dissesse, antes das eleições, que iria colocar em risco o apoio a milhares de toxicodependentes, pela não renovação de contrato dos técnicos que exercem funções nos CAT's? E se tivesse dito que as auto-estradas SCUT's iriam estar sujeitas a pagamento de portagens? E se tivesse clarificado a sua intenção de extinguir determinados organismos públicos de grande importância como foi o caso, por exemplo, do Instituto de Inovação Educacional? E se tivesse revelado que ia encerrar as escolas do 1º ciclo com menos de 10 alunos? E se não escondesse que iria ter na sua equipa governativa, na área da educação, alguém que considera a religião católica como a nossa religião oficial? E se tivesse dito que o seu Governo poderia vir a apoiar uma candidatura presidencial num outro país? E se não tivesse escondido as suas reais intenções no que à RTP diziam respeito, nomeadamente que não queria o 2º canal nas mãos do Estado? E se tivesse dito aos portugueses que os notáveis que o acompanhavam em campanha eleitoral e que se davam como ministeriais, não aceitariam pertencer a um Governo seu?

Compreendo, pois, a frustração e revolta dos portugueses, reflectida na sondagem que agora conhecemos. Têm pela frente uma realidade com que não contavam. Por lhes ter sido escondida e, em alguns casos, deturpada. Resta-nos uma consolação, em toda esta história de promessas não cumpridas e intenções escondidas. Afinal de contas, não vão parar projectos tão importantes para o país como são o aeroporto da OTA e o TGV, mesmo havendo ainda, infelizmente, "crianças na espera três anos de uma operação"!!

NÃO DEIXE PARA AMANHÃ, O QUE PODE FAZER FAZER HOJE. OU MELHOR, AGORA.

Se já recebeu o formulário do Recenseamento que lhe enviamos, preencha os dados e devolva-nos até ao dia 8 de Julho de 2002.

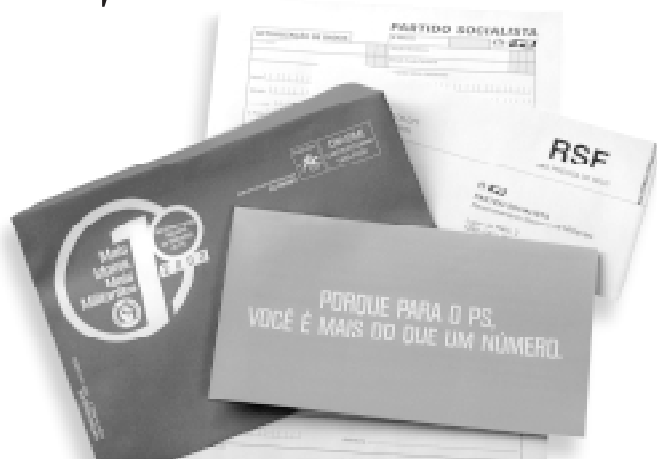
Após essa data, nos termos da deliberação da Comissão Nacional do PS, quem não respondeu não poderá ser considerado Militante.

Contamos consigo!

Data final da entrega do formulário:
dia 8 de Julho de 2002.



PORQUE PARA O PS, VOCÊ É MAIS DO QUE UM NÚMERO.



A SEMANA PREVISTA

SEG. É hoje debatido na Assembleia da República o projecto de lei do PS para a criação de 100 farmácias sociais.

TER. O secretário-geral reúne-se hoje com os presidentes das federações num almoço de trabalho que terá lugar na sede nacional

QUA. Sexta e sábado decorrem em Évora as Jornadas Parlamentares do PS subordinadas ao tema " O Estado da Nação - Três meses de Governo".

QUI. Ferro Rodrigues desloca-se segunda-feira a Guimarães para um encontro com a federação distrital de Braga do PS.

SEX. Na Assembleia da República tem lugar na próxima terça-feira o debate sobre o "Estado da Nação".

SÁB. A proposta de revisão da Lei de Bases da Segurança Social sobre a plenário para discussão na próxima quarta-feira, 10 de Julho.

DOM. Jorge Sampaio participa no dia 11 de Julho, em Barcelona, numa Conferência Internacional sobre Sida.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

SECÇÕES DISTRITO DE SANTARÉM

Secção PS Abrantes
Rua D. João IV, N.º3 - 2200 Abrantes
241 361806

Secção PS Alcanena
Largo da Varandinha, 21 - 2380-034 Alcanena
249 882059

Secção PS Entroncamento
Rua 1.º de Maio, n.º 47 - 1.º - 2330-089 Entroncamento
249 718328

Secção PS Santarém
Rua 1 de Dezembro, 46 - 1.º - 2000-096 Santarém
243322143

Secção PS Tomar
Rua Voluntários da República, 166 - 1.º
2300-486 Tomar
249 321908

Secção PS Torres Novas
Travessa do Correio, 2 - 2350 Torres Novas
29 823845

Secção PS Ourém
Av. D. Nuno Álvares Pereira - 2490 Ourém
249 542604



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt

Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**
Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados